RENATO STANZIOLA VIEIRA

**Controle na obtenção de elementos de prova e sua
admissibilidade no Processo Penal brasileiro**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

RENATO STANZIOLA VIEIRA

**Controle na obtenção de elementos de prova e sua
admissibilidade no Processo Penal brasileiro**

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Direito, na área de concentração de Direito Processual, sob orientação do Prof. Titular Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Vieira, Renato Stanzola

Controle na obtenção de elementos de prova e sua admissibilidade no
Processo Penal brasileiro / Vieira, Renato Stanzola; orientador Prof. Titular
Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró -- São Paulo, 2020.
270p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) –
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Epistemologia. 2. Controle. 3. Admissibilidade. 4. Obtenção. 5.
Prova. I. Badaró, Prof. Dr. Gustavo Henrique Righi Ivahy, orient. II.
Título.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Tese

**Controle na obtenção de elementos de prova e sua
admissibilidade no Processo Penal brasileiro**

elaborada por

RENATO STANZIOLA VIEIRA

como requisito parcial para a obtenção do grau de

DOUTOR EM DIREITO PROCESSUAL

BANCA EXAMINADORA:

AGRADECIMENTOS

Belchior cantou que *ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro*. O significado dessa frase – como senti desde o fim de 2018 e ao longo de 2019 – agora, com a entrega da tese nesse começo de 2020, ecoa mais do que poético.

Eu fui um orientando que confessou ao orientador e às pessoas mais amadas e queridas que não conseguiu se blindar contra a onda depressiva que tomou conta de boa parte do país nos anos referidos. Houve quem tenha estado exultante, mas não foi meu caso. Não consegui, em alguma medida e por um bom tempo, sair do estado anímico de tristeza e desânimo com o que lia, ouvia e, sobretudo, pensava sobre os rumos do país. E do Processo Penal também, que deixou de merecer atenção digna de altas autoridades, e foi sendo relegado a um antigo e retrógrado objeto de disputas populistas que se reduziam a bordões que podem ser mais ou menos eufemísticos, mas queriam dizer no fim que o que importa é a redução do catálogo de garantias e a propaganda de um avassalador discurso negocial. Em tempos que demandam controle dos atos públicos, o que se apregoava era justamente o contrário.

Assim me vi por algum tempo, mas a depuração dos dias e a energia sincera que sempre recebi do meu orientador, sua afável parceria e a confiança que de fato me chamam a atenção há quase uma década, além de alguns outros fatores, me ajudaram a despertar.

E por isso passei a ver no quadro de coisas do Brasil e do Processo Penal brasileiro uma motivação mais forte para o tema. Justamente por não haver responsabilidade com o Processo Penal a partir de debates de Ministérios tal e qual, tampouco de congressistas idem que patrocinam reformas que oscilam entre estapafúrdias e criminógenas (ou ambas), o campo para dizer o que eu penso que deveria ser dito se alargou. Se as coisas, afinal, estão neste nível, neste patamar, o espaço tem e deve ser tomado por uma preocupação que seja radicalmente diferente. Por que não propor algo que, tecnicamente, penso que tem razão de ser, pode... *mudar o que está aí* com profundidade e justificativas que passem por exame criterioso?

E aí as energias voltaram. Nesse meio tempo fui salvo, e disse a quem tinha que dizer mais de uma vez, por Joca Reiners Terron, Wilson Franco, Conrado Hubner Mendes, Rafael Mafei, Itamar Vieira Júnior, e na *escrevedeira*, Julián

Fuks e Samuel Titan Jr., além de algumas outras boas almas descobertas de maneiras e modos diferentes. Não me arrependo.

Busquei força onde a realidade me dava sinais de isso ser possível.

E, na minha casa, o meu núcleo que sempre foi perfeito para o que eu sempre quis, ficou mais forte. Maria Cristina, Antonio e Isadora, meus amores encarnados, meus apelidos de vida, meus carregadores de energia-fôlego-corção, sempre estiveram lá. Eu, ao longo desse tempo, senti que muito mais do que dar algo a eles, recebi deles a energia, como o pão e o passo que dava dia a dia. Se tudo um dia acabar, que seja com os abraços e beijos de vocês três, cada um de um jeito, com seu sorriso, com um amor que é só de cada um de vocês, que me fazem feliz. O mais feliz.

Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro.

E, assim, agradeço, pelo sopro de vida que tive e pela torcida de que essa vida continue sorridente e com as melhores expectativas, sempre olhando de pai e mãe para o filho, com o orgulho que não sei se mereço, mas que eu já sinto pelos meus (e, por isso, talvez entenda a grandeza de ser pai ou mãe, pois o filho não tem como saber e nem como explicar o que é o orgulho dum pai e nem de onde vem), ao meu pai, Gilberto, e à minha mãe, Leomar. Como também agradeço pelo amor que vem, e sempre vem, do meu irmão, Ricardo. É dele que vem uma tranquilidade toda diferente, e ninguém que não tenha irmão, ainda mais que more em lugar distante, sabe o que é isso. Amor assim, de sangue e de vida juntos, desses que pela voz a gente sente o que fazer, e que dá o colo que só o irmão tem para dar.

Agradeço ao Andre Kehdi, amigo do peito de décadas, que em cada detalhe se mostra cada vez mais solidário, mais atento a tudo o que nos cerca. Ele, que divide dores e alegrias, e que por vermos muitas vezes as mesmas dores juntos, dá as mãos para tentarmos chegar a alguma alegria, e assim diminuirmos as nossas dores e a de quem podemos ajudar. Andre, que me faz ver e enxergar mais longe, muito além do escritório que dividimos como fundadores e do que nos orgulhamos muito, me faz perceber caminhos novos e me estimula. Que, aliás, sempre me estimula, que sempre me estimulou. Sem freio, tamanha é a grandeza dele. Amigo que não conhece postura senão a de solidariedade. No escritório, além do Andre, agradeço à Rachel Amato, ao Fernando Gardinali e ao José Roberto Akutsu, sócios e mais que isso, amigos e escudeiros de cada reflexão. Reflexões jurídicas a maior parte delas, mas reflexões que só quem é

sócio e amigo sabe atingir. Agradeço a vocês, imensamente, pelo respeito que todos vocês têm por mim, pelo carinho, pela paciência com minhas idas e vindas, e com tanta coisa sem sentido que eu vivo falando. Ainda mais quando chego (e assim são várias manhãs) no trabalho após noites mal dormidas por conta da tese.

Às professoras Maria Thereza de Assis Moura e Marta Saad-Gimenez, pelas profundas considerações, enriquecedoras e frutíferas, em minha banca de qualificação. A admiração que tenho por cada uma dessas professoras e juristas era imensa, e passou a ser ainda maior diante da consideração que demonstraram pelo meu estudo, ainda em desenvolvimento, na qualificação.

Gustavo Badaró. Meu orientador de mestrado, meu professor em inúmeras matérias que frequentei, seja como aluno especial, seja como aluno regular. Meu orientador de doutorado. Não é protocolo agradecer pela confiança, pois o último dos (vários) episódios se deu com o nascimento da minha filha Isadora, ainda no processo seletivo de ingresso. O penúltimo foi quando nos reunimos e percebi falha em acompanhamento de processo seletivo meu que não havia como remediar e você, ainda assim, me presenteou com uma obra de Processo Penal italiano. O antepenúltimo foi... O antepenúltimo foi... E assim vai. Juntos na Alemanha. Juntos em Portugal, juntos em São Paulo... E assim eu chegaria ao nosso primeiro contato. Muito obrigado. Muito obrigado. Seguro e calmo, discreto e firme. Sereno e assertivo. O melhor orientador que eu, ainda mais no contexto que descrevi acima e assumo ter sido muito doloroso, poderia ter tido.

Representaram muito para mim no doutorado esses amigos por quem tenho a maior estima, o maior carinho e um respeito imenso: Andrey Borges de Mendonça, Daniel Zaclis e Rafael Serra Oliveira. Entre os amigos, Vinícius Gomes de Vasconcellos e Fernando Gardinali, por serem, inclusive, leitores atentos e críticos, que me ajudaram a corrigir rumos.

Na reta final, a paciência e a competência de Ana Maria Zugel, minha revisora, foram fundamentais para que eu conseguisse concluir o trabalho.

Erros da tese, insuficiências, falhas, lacunas, superficialidades. Enfim, os erros são todos exclusivamente meus. Não me arrependo de como imaginei e construí uma reação com meu tempo, mas as consequências do embate entre a entrega e a reação motivada pela energia que reapareceu serão julgadas agora. E quem sabe depois.

Maria Cristina, meu amor. Minha mulher e minha descoberta de tudo que me completa. Há pouco tempo você me disse, rindo e me apoiando – como faz sempre – “*Rê, sua sócia sou eu*”. Você já sabe, Cris, que eu nunca conseguiria ser minimamente feliz se não fosse caminhando ao seu lado. Você sempre é tudo do que eu preciso. Tudo. E se eu ultimamente não tenho deixado tão claro que eu me realizo nos *seus* sonhos, peço desculpas. É ali que eu me realizo, é na *sua* satisfação, na *sua* realização. Pode nem parecer, mas isso é bem egoísta até da minha parte. Mas é assim: eu já te falei isso. Minha missão de vida é te fazer feliz.

Isadora, filhota-muqueca-linda. Meu amor, você que nasceu junto com a tese e, por muito tempo (muito, filha... *benzadeus*) me acompanhou nas madrugadas. Seu sorriso e sua energia toda, sua radiante inteligência são a melhor sensação de cada dia.

Antonio, biruco-jubico, meu melhor amigo. O tempo fez com que você já observasse o que eu escrevia e me falasse sobre *talento, sofrimento, leitura...* Você, filho, é um cara incrível já. Menino lindo.

Agradeço a cada um de vocês três, Cris, Antonio e Isa.

Não sei o tamanho de minha falta quando precisaram de mim. Não sei medir isso. Mas espero que saibamos pensar sempre no significado de nossas presenças.

VIEIRA, Renato Stanziola. *Controle na obtenção de elementos de prova e sua admissibilidade no Processo Penal brasileiro*. 270 p. Tese (Doutorado em Direito Processual) – Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo – USP. São Paulo, 2020.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o controle da obtenção e admissibilidade de elementos de informação no Processo Penal brasileiro. A partir dessa delimitação, escolheu-se como ponto de partida a ligação entre epistemologia judiciária naquilo que se aproxima da possibilidade de se atingir a aceitável correspondência entre o evento passado e o que é dado a conhecer pelo juiz, bem como o reconhecimento de que a conformação de cada sistema processual penal atende a alguma opção de política criminal. Essas premissas permitiram que primeiro se cuidasse de aspectos conhecidos na origem da separação entre sistemas processuais penais, ora apegados ao modelo de *common law*, ora ao de *civil law*, para se perceber que, atualmente, os institutos probatórios revelam certa clivagem, tornando essa separação menos relevante, particularmente com o advento de regras probatórias específicas de tribunais internacionais e do sistema convencional como um todo, mas ainda em torno de sistemas probatórios. Na sequência são discutidas questões do procedimento probatório e das peculiaridades que pareceram dignas de nota no processo penal tanto brasileiro quanto italiano, para, então, se avançar no chamado “léxico das provas”; isto é, em capítulos distintos, cuidou-se ora da dinâmica probatória (o procedimento), ora de seus aspectos estáticos (as categorias probatórias). Enquanto a reflexão sobre o procedimento se mostrou importante para a compreensão de fases do fenômeno probatório, aquela sobre as categorias probatórias permitiu a formulação de juízos críticos pontuais. Em seguida, foram analisados alguns contextos cuja comparação com o modelo brasileiro vigente pareceu útil – destacadamente, o modelo italiano e suas particularidades –, e sistemas latino-americanos, a partir da década de 1980, inclusive com a tentativa de uniformização, advinda do Código Modelo para a Ibero América. A pesquisa não deixou de contemplar, também, as particularidades dos sistemas probatórios mais relevantes. E foi a partir dessa perspectiva que, com o olhar novamente voltado para o cenário brasileiro, percebeu-se a longa duração de um sistema probatório que, conquanto tenha sofrido alterações pontuais, peca por não evoluir no sentido de observância, seja de fase específica de controle de obtenção e admissibilidade de provas no Processo Penal, seja no controle específico a depender de eventual categoria probatória que isso justifique. No Brasil, malgrado se tenha sugerido, sem sucesso, a fase de “saneamento” no Processo Penal, mesmo que se tenha imaginado o que poderia ser uma fase própria de recebimento de acusações, ainda não se observa evolução no sentido de estabelecimento de regras para o controle da obtenção e admissibilidade de informações no Processo Penal. Por tudo isso é que no último capítulo foram aventadas algumas alterações, calcadas tanto na deficiência histórica nacional como na visão que foi possível alcançar com o suporte de exemplos de países culturalmente próximos do Brasil. Foram sugeridas ideias como Juiz de Garantias, delimitação de competência, exclusão física de determinadas informações dos autos, previsão de fase específica de controle de obtenção e admissibilidade de informações – como regra geral, sem prejuízo de oportunidades tópicas para o referido controle, a depender da categoria probatória. Também, no capítulo final, chegou-se à proposição de alterações legislativas, a partir da noção de *filtro epistemológico*, que foi naturalmente ganhando corpo ao longo da desta pesquisa. Do início ao fim, cogitou-se como tema da pesquisa um melhor funcionamento do direito probatório no Processo Penal brasileiro, da perspectiva do controle que pode ser exercido com vistas ao que pareceu ser

uma adequada concepção político-criminal de Processo Penal e que não frustre as expectativas epistemológicas de melhor conhecer o evento passado para que se possa julgá-lo.

Palavras-chave: Epistemologia. Controle. Admissibilidade. Obtenção. Prova.

VIEIRA, Renato Stanziola. *Control in obtaining evidence and its admissibility in Brazilian Criminal Procedure*. 270 p. Thesis (Doctorate in Procedural Law) – Department of Procedural Law, Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo – USP. São Paulo, 2020.

ABSTRACT

The present study aims at analysing the control on the obtainment and admissibility of information elements in the Brazilian criminal procedure system. Under such boundaries, the choice was made to start from the connection between judicial epistemology in what it is close to the possibility of reaching an acceptable correspondence between the past event and what is disclosed by the judge, as well as the acknowledgment that the configuration of each criminal procedural system satisfies a given option of criminal policy. With these premises in mind, it was possible first to tackle some known aspects in the origin of the separation between criminal procedural systems, now clung to the common law model, now clung to the civil law model, only to show that, currently, the probative systems show a certain severance thus rendering this separation less relevant, especially with the advent of probative rules that are specific to international courts and the conventional system as a whole, but still around probative systems. In the sequence, this study discusses aspects of the probative procedures and peculiarities that seemed worth noting both in Brazilian and the Italian criminal procedures, after which the so-called “lexicon of the proof” was addressed; i.e., in discrete chapters, discussions were conducted now about the probative dynamics (the procedure), now about its static aspects (the probative categories). While the reflection about the procedure showed its relevance to an understanding of the phases of the probative phenomenon, that one about the probative categories enabled the formulation of specific critical judgments. The next step was the analysis of some contexts, in which a comparison with the current Brazilian model seemed to be useful – especially the Italian model and its peculiarities – and Latin-American systems starting from the decade of 1980, including the attempt at an standardisation arising from the Código Modelo para Ibero América [Model Code for Iberian America]. In addition, the present research has examined the particularities of the most relevant probative systems. And it was from this perspective that, by looking again into the Brazilian scenario, it was possible to notice the long duration of a probative system which, despite having undergone certain changes, errs by not evolving in the sense of observance, whether it is in the specific phase of control on the obtainment and admissibility of evidence in the penal procedure, whether it is in the specific control, depending on the possible probative category that may justify it. In Brazil, despite unsuccessful suggestions of a “sanitation” phase in the criminal procedure system – or even if what could be the very phase for receiving accusations has been envisioned – there is still no clear sign of advance in the sense of establishing rules to control obtainment and admissibility of information in the Brazilian criminal procedure system. It is on all these grounds that in the last chapter, some alterations were suggested, modelled both on the historical national deficiency and on the view it was possible to take with the support of examples of countries that are culturally akin to Brazil. Suggestions have been given concerning ideas such as guarantee judges, delimitation of jurisdiction, physical exclusion of certain pieces of information in the records, forecasting of a specific phase of control on the obtainment and admissibility of information – as a general rule, without prejudice to topical opportunities for said control, depending on the probative category. The closing chapter also puts forwards some propositions about legislative changes based on the notion

of *epistemological filter*, which naturally took shape in the course of the present study. From beginning to end, the theme of this research emerged from the cogitation that there might be a better functioning of probative law in the Brazilian criminal procedure system from the point of view of the control that can be exercised aiming at what seemed to be an adequate political and criminal notion of criminal procedure and which does not thwart the epistemological expectations of better knowing the past event in order to evaluate it.

Key words: Epistemology. Control. Admissibility. Obtention. Evidence.

VIEIRA, Renato Stanziola. *Controllo nell'ottenimento degli elementi di prova e ammissibilità nel Processo Penale brasiliano*. 270 p. Tesi (Dottorato in Diritto Processuale) – Dipartimento di Diritto Processuale, Facoltà di Giurisprudenza, Uninercità di San Paolo, San Paolo – USP. San Paolo, 2020.

RIASSUNTO

Il presente lavoro si propone lo studio del controllo dell'ottenimento e dell'ammissibilità degli elementi di informazione all'interno del processo penale brasiliano. A partire da questa delimitazione, si è scelto come punto di partenza il collegamento tra l'epistemologia giudiziaria, nella quale ci si avvicina alla possibilità di raggiungere una corrispondenza accettabile tra l'evento passato e ciò che viene portato a conoscenza del giudice, e l'ammissione che la conformazione di ciascun sistema processuale penale risponde a precise opzioni di politica criminale. Queste premesse hanno reso possibile, innanzitutto analizzare gli aspetti conosciuti della separazione tra i sistemi processuali penali legati, ora al modello del common law ora a quello del civil law, per capire come attualmente esista una certa divisione degli istituti probatori che rende meno rilevante questa separazione. Ciò si è dato in particolar modo attraverso l'avvento, nei tribunali internazionali, di regole probatorie specifiche e, riguardo i sistemi probatori, dal sistema convenzionale come un tutto. Successivamente è stato trattato il procedimento probatorio e le peculiarità che appaiono importanti nel processo brasiliano e in quello italiano, per avanzare nel cosiddetto "ambito delle prove". Sono stati presi in considerazione in capitoli diversi: la fase dinamica (il procedimento) e quella statica (le categorie probatorie). Mentre la riflessione sul procedimento si è rivelata importante per la comprensione delle fasi dei fenomeni probatori, quella sulle categorie ha permesso la formulazione di giudizi critici puntuali. In seguito sono stati analizzati alcuni contesti la cui comparazione con il modello brasiliano vigente è apparsa utile. Ci riferiamo in particolare al modello italiano e alle sue peculiarità, e ai sistemi latino-americani a partire dagli anni '80 del secolo scorso, includendo il tentativo di uniformizzazione rappresentato dal "Codigo Modelo para Ibero America". Le particolarità nei sistemi probatori più rilevanti sono state inserite all'interno del suddetto lavoro. Ed è stato partendo da questa prospettiva che si è rivolto nuovamente lo sguardo allo scenario brasiliano. È stato possibile percepire la lunga durata di un sistema probatorio che, nonostante abbia sofferto alcune alterazioni, non è stato in grado di evolvere nel senso dell'osservanza sia della fase specifica dell'ottenimento e dell'ammissibilità delle prove nel processo penale, sia nel controllo specifico dipendente dalle eventuali categorie probatorie che lo giustificano. Malgrado sia stata avanzata una proposta di depurazione nel processo penale, e anche se si è immaginato che sarebbe potuta essere una fase in cui si ricevessero le accuse, tuttora non esiste un'evoluzione che stabilisca delle regole rispetto il controllo nell'ottenimento e ammissibilità delle informazioni nel processo penale brasiliano. Per le suddette ragioni, nell'ultimo capitolo vengono ipotizzate alcune alterazioni, modellate a partire dalla deficienza storica nazionale come anche dalla visione a cui è stato possibile pervenire attraverso esempi forniti dai Paesi culturalmente vicini al Brasile. Sono state suggerite idee quali: il giudice di garanzia, la delimitazione delle competenze, l'esclusione dagli atti di determinate informazioni, la previsione di una fase specifica di controllo riguardo l'ottenimento e l'ammissibilità delle informazioni - come regola generale, senza pregiudicare opportunità specifiche del suddetto controllo, dipendendo dalle categorie probatorie. Sempre nel capitolo finale, si è giunti alla proposta di cambiamenti legislativi a partire dalla nozione di filtro epistemologico che ha naturalmente guadagnato forza lungo lo

sviluppo del lavoro. Dall'inizio alla fine è stato considerato come tema di ricerca, il raggiungimento di un miglior funzionamento del diritto probatorio nel processo penale brasiliano, nella prospettiva di un controllo che possa essere esercitato in vista di quella che appare un'adeguata concezione politico-criminale del processo penale e che non deluda le aspettative epistemologiche di una più ampia conoscenza dell'evento passato affinché esso possa essere giudicato.

Parole chiave: Epistemologia. Controllo. Ammissibilità. Ottenimento. Prove.

LISTA DE SIGLAS

CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CTN	Código Tributário Nacional
CPC	Código de Processo Civil
CPP	Código de Processo Penal
EUA	Estados Unidos da América
PL	Projeto de Lei
PACE	<i>Police and Criminal Evidence Act</i>
PLC	Projeto de Lei da Câmara
TEI	Técnicas Especiais de Investigação
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
 1 O DIREITO À PROVA NO PROCESSO PENAL: ASPECTOS FUNDAMENTAIS	25
1.1 O estudo das regras de obtenção e admissibilidade da prova penal	25
1.2 O ponto de partida: epistemologia judiciária e o controle da produção da prova penal	26
1.3 A epistemologia e a presença das regras probatórias	30
1.4 A delimitação probatória e a escolha político-criminal	36
1.4.1 O dualismo de Herbert Packer	41
1.4.2 O dualismo de Mirjan Damaška	42
1.5 Distinções do direito à prova no <i>common law</i> e <i>civil law</i>	45
1.5.1 O direito à prova no sistema do <i>common law</i>	46
1.5.2 O direito à prova no sistema do <i>civil law</i>	50
1.6 <i>Exclusionary rules</i> e proibições probatórias	53
1.6.1 As <i>exclusionary rules</i>	53
1.6.2 As proibições probatórias	56
1.6.3 Convergências atuais entre as <i>exclusionary rules</i> e as proibições probatórias	60
 2 O DIREITO À PROVA E A OBSERVÂNCIA DE PROCEDIMENTO PROBATÓRIO	67
2.1 O procedimento probatório	67
2.2 Fases do procedimento probatório no Processo Penal brasileiro	69
2.2.1 Os quatro momentos procedimentais: proposição, admissão, produção e valoração	70
2.2.1.1 O momento da proposição	70
2.2.1.2 O momento da admissão	71
2.2.1.3 O momento da execução	73
2.2.1.4 O momento da valoração	74
2.2.2 Especificidade: o direito à investigação no Processo Penal brasileiro	75
2.3 Peculiaridades do sistema Processual Penal italiano: momentos da admissão e aquisição ou assunção	79
2.4 Direito limitado à admissibilidade dos meios de prova	86
2.4.1 Os controles formal e lógico da admissibilidade da produção probatória	89
2.4.2 O tratamento das proibições probatórias no Brasil a partir de 1988	95
 3 O DIREITO À PROVA E O LÉXICO DAS PROVAS	99
3.1 A expressão “prova”	100
3.2 Fonte, meio, elemento, objeto e resultado de prova	102
3.3 A distinção entre os meios de prova e os meios de pesquisa de prova	107
3.3.1 Do “Projeto Cernelutti” às “ <i>relazioni al progetto preliminare</i> ”	108
3.3.2 A distinção entre meios de prova e meios de pesquisa de prova no <i>Progetto Preliminare</i> , de 1978, nas <i>relazioni</i> e no <i>Codice di Procedura Penale</i> , de 1988	110
3.3.3 A difusão da separação conceitual: Portugal e Brasil	116
3.3.4 Crítica à categoria dos meios de pesquisa de prova	120
3.4 Atos de investigação e atos de prova	125

3.5 Atos de produção probatória irrepitível, cautelar e antecipada	128
3.5.1 Atos de produção probatória irrepitível.....	130
3.5.2 Atos de produção probatória cautelar	131
3.5.3 Atos de produção probatória antecipada	132
3.6 Provas pré-constituídas e provas constituídas	134
3.7 Provas típicas, atípicas, anômalas e irracionais	136

4 VARIAÇÕES ESTRUTURAIS NA PRODUÇÃO PROBATÓRIA

4.1 Delimitação do capítulo	141
4.2 A estrutura do <i>Codice di Procedura Penale</i> , de 1988	142
4.2.1 A audiência preliminar	145
4.2.2 O incidente probatório	147
4.3 A estrutura do Processo Penal latino-americano reformado	149
4.3.1 O Código de Processo Penal do Chile, de 2000.....	155
4.3.1.1 A fase de investigação.....	157
4.3.1.2 A fase intermediária	161
4.3.1.3 A fase oral	162
4.3.2 O Código de Processo Penal do Uruguai, vigente a partir de 2017	162
4.3.2.1 A investigação preliminar (indagatória preliminar)	164
4.3.2.2 A fase de controle da acusação	166
4.4 Ainda o Código Modelo para Ibero-América: o que ficou para trás	168

5 O CONTROLE DE ADMISSIBILIDADE DE ELEMENTOS DE

INFORMAÇÃO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

5.1 A decisão de pronúncia no Código de Processo Criminal, de 1832	171
5.2 O recebimento da denúncia, originariamente, no Código de 1941	175
5.3 Movimentos reformistas até o advento do PL 4.207/2001	177
5.4 A tramitação do PL n. 4.207/2001 e o advento da Lei n. 11.719/2008	182
5.5 Síntese da evolução histórica com considerações sobre o PL n. 8.045/2010	186

6 CONTROLE NA OBTENÇÃO E ADMISSIBILIDADE DE ELEMENTOS DE PROVA NA DINÂMICA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRA.....

6.1 O Juiz de Garantias e o filtro de Admissibilidade Probatória.....	191
6.1.1 A figura do Juiz de Garantias em ordenamentos processuais contíguos	192
6.1.2 A idealização da figura do Juiz de Garantias no Brasil	194
6.2 A duração da competência do Juiz de Garantias.....	198
6.3 A Audiência de Controle da Admissibilidade dos elementos de informação	204
6.3.1 O Controle da Admissibilidade de elementos de informação em países contíguos	207
6.3.1.1 O modelo chileno	207
6.3.1.2 O modelo uruguaio.....	209
6.3.1.3 O modelo colombiano	210
6.3.1.4 O modelo peruano	211
6.3.2.1 O controle sob o plano lógico	215
6.3.2.2 O controle sob o plano formal.....	218
6.4 O Controle de Admissibilidade dos elementos de informação <i>pré-constituídos</i>	219
6.5 O Controle de Admissibilidade de elementos de informação de natureza cautelar, irrepitível e antecipada	221
6.6 O Controle da Admissibilidade da produção de técnicas ocultas de investigação	224

6.6.1 O Controle da Admissibilidade da produção de técnicas ocultas de investigação: a autorização prévia	226
6.6.2 O Controle da Admissibilidade da produção de técnicas ocultas de investigação: a análise do resultado	229
7 CONCLUSÕES	233
REFERÊNCIAS	243
APÊNDICE	263
PROPOSTA DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA	265

INTRODUÇÃO

Uma introdução ao estudo que segue faz-se necessária por duas razões: a primeira constitui-se numa explicação sobre a forma como a pesquisa começou, com a apresentação de um projeto inicial, e como desembocou no texto concluído; a segunda se prende à necessidade de clarear a necessidade de responder a uma pergunta.

No primeiro aspecto, o autor destaca que, inicialmente, a motivação era a análise específica das “regras de obtenção e admissibilidade dos meios de pesquisa de prova no Processo Penal brasileiro”. Assim, caminhou até pouco antes da submissão do estudo à banca de qualificação, quando chegou a uma nova delimitação do tema.

Naquele momento, o que se imaginava pesquisar era não mais especificamente os “meios de pesquisa de prova”, mas, sim, o tema sobre o “controle na obtenção e admissibilidade dos meios de prova no Processo Penal brasileiro.” Com essa alteração do objeto, o que já se trazia à qualificação era diferente do objeto originário, a começar pela nova estrutura de índice provisório e a amplitude da pesquisa (de *meio de obtenção* se passou a pensar na análise do *meio de prova*).

Acontece que, ainda assim, o aprofundamento da pesquisa fez com que o autor se debruçasse sobre um problema distinto dos dois primeiros, inclusive, a saber: o controle dos *elementos de prova*, pois, em gênese, eles se formam em momento anterior ao processual, em que a persecução penal já está judicializada, e são dados brutos que “entram” no processo por determinado “meio”.

Se a relação entre *elemento* e *meio* de prova não foi questionada na delimitação assumida em determinado momento da pesquisa, isso não se deu com a conceituação de *meio de obtenção de prova*. Questionou-se, inclusive, a validade científica do conceito e sua utilidade prática, o que levou o autor a não tratar centralmente dessa categoria probatória.

Após alterações e, portanto, como se imagina agora, com a submissão da tese à defesa perante a banca, entendeu-se caminhar para o foco que melhor se revelou. Isso, inclusive, porque além de tratar dos *meios de obtenção* como uma categoria probatória, e não como “o” foco do estudo, pareceu o mais justificável, pois tratar dos *meios de prova* implicaria a análise pontual de cada meio previsto no cenário processual penal. Essa abordagem pecaria por ser abrangente e superficial demais, ou seja, a pesquisa, se fosse por esse caminho, correria o risco de se tornar mais um manual do que o fruto de uma abordagem vertical.

Após a delimitação do tema surgido da arguição da banca de qualificação, o autor se aproximou com mais nitidez de um dos motivos iniciais – e esse, duradouro, que não sofreu

alteração e nem distanciamento na pesquisa – do projeto, a saber, o tema do *controle*: o *controle* sobre os elementos de prova e como eles são *obtidos* e *admitidos* no Processo Penal.

Essa palavra, *controle*, fez com que o autor se aventurasse em searas como escolhas político-criminais, e tratasse de variações em sistemas de direitos probatórios. E, pela ideia de se pensar no controle sobre a obtenção e admissibilidade de elementos de prova chega-se ao segundo motivo que justifica esta introdução.

O estudo tem uma pergunta a ser respondida: o sistema de *obtenção* e *admissibilidade* de elementos de informação no Processo Penal brasileiro vigente atende às expectativas de segurança do jurisdicionado e, ao mesmo tempo, dá segurança epistemológica ao juiz? Ou seja: o controle existente atualmente precisa ou não ser alterado?

Do ponto de vista prático, esta pergunta fundamental tem um desdobramento: o sistema deve funcionar como funciona ainda, sem a distinção clara entre momentos de obtenção e admissibilidade e momentos de valoração da prova penal? Como separar um momento, na prática, do outro, para que, afinal de contas, só as provas válidas sejam valoradas, como parece ser um ideal fora de dúvida?

A ligação da primeira razão (categoria probatória) à segunda (controle procedimental na produção probatória) se estreitou e, a partir daí, se estruturou o texto que segue.

Preferiu-se, no primeiro capítulo, partir de análises de *epistemologia judiciária* como desdobramento filosófico com ampla e reconhecida aplicação jurídica, particularmente em matéria probatória. Ali se aborda a pretendida correspondência entre o fato ocorrido e o que é dado ao juiz conhecer por meio de sistemas de regras probatórias.

Depois, como não poderia deixar de ser, passa-se ao procedimento probatório propriamente dito, o que é feito no segundo capítulo. O estudo do procedimento é impositivo após se perceber, como já pavimentado no capítulo anterior, que não há sistema jurídico que desconheça condicionamentos sobre a metodologia de produção das informações no Processo Penal, desde a sua busca até sua introdução, perpassando todas as formalidades inerentes a cada previsão, as quais desaguam na valoração final.

Após isso, no terceiro capítulo, o *léxico* das provas é lembrado, pois no caminho do controle dos elementos de informação não há como chegar à fase conclusiva da pesquisa sem desbatar, ou se aprofundar em conceitos ora próximos, ora distantes entre si. Ali, na ampla nomenclatura do Direito Probatório, trabalha-se com as categorias mais conhecidas e reconhecidas no Brasil. Nas situações em que se percebeu espaço para tanto, assumiu-se posicionamento crítico, o que levou a um aprofundamento no final do estudo.

Como não parece ser bastante apenas o quadro estático-conceitual do Direito Probatório para a construção do modelo, que sugere ser melhor do que o vivenciado hoje, no quarto capítulo se pinçam, a partir de metodologia de Direito Processual Penal Comparado, alguns aspectos da dinâmica Processual Penal. Por ali se vislumbram alguns cenários de destaque que importam ao cenário brasileiro e que, por vezes, não foram ainda levados em conta por aqui.

Justamente para comprovar que a evolução processual penal brasileira desde o primeiro Código de Processo Criminal (1832) não acompanhou as principais inovações vistas em cenários de Direito Processual Penal Comparado, no quinto capítulo faz-se um apanhado histórico sobre a evolução codicística brasileira. Ali se destaca a renitência de alterações e de abandono de alguns institutos, de um lado, como a dificuldade em seguir novidades que nem sempre soam tão estranhas. Nesse capítulo, também, cuida-se do espírito reformista em matéria probatória, conquanto infrutífero ao que se pretende deva ser atingido e se fundamenta na pesquisa, desde o fim da década de 60 do século passado.

O sexto e último capítulo, enfim, apresenta, a partir do apanhado conceitual e comparado, o cenário que o autor entende justificar uma série de alterações legislativas. É nesse capítulo que o autor se debruça sobre o que há de louvável e de criticável na possível alteração do Código de Processo Penal vigente, tratando de figuras doutrinariamente já abordadas por aqui, como, por exemplo, o Juiz de Garantias – objeto de recente alteração legislativa brasileira.

Especificamente em matéria do controle da admissibilidade dos elementos de prova no Processo Penal, é nesse capítulo que o autor desce às minúcias para cogitar alterações, seja a partir de estruturação trifásica da persecução penal, com verdadeira fase intermediária, ou na pretensão de tratar topicamente do controle em elementos de prova *pré-constituída*, além de situações inerentes à prova *cautelar, irrepetível e antecipada*, sugerindo, por fim, um controle *duplo* quanto aos chamados *meios de obtenção de prova*.

O tema principal, concluído o estudo, foi o estabelecimento de *controle*. Na acepção desse *controle*, a expressão *filtro epistemológico* surgiu, para o autor, quase que naturalmente no decorrer da pesquisa, e com essa expressão trabalhou no sexto e último capítulo.

A pesquisa assim se concluiu, mas o autor entende ser justificável e até necessário um complemento que, uma vez propostas as alterações processuais penais, levem à minuta de projetos de alteração legislativa, o que consta em apêndice, após as conclusões do estudo.

7 CONCLUSÕES

Ao longo do desenvolvimento deste estudo buscou-se trabalhar com um cenário que teve como ponto de partida a epistemologia para, então, circunscrever, paulatinamente, o tema, de forma a reduzir o foco até chegar à tese exposta no último capítulo.

Pretende-se, doravante, resenhar, de forma sintética, os principais passos trilhados até se chegar ao ponto final do estudo.

1. A epistemologia é a ciência que reflete sobre os critérios para se atingir maior gama de conhecimento. Emblematicamente, Susan Haack lembra que o Direito está ligado até o pescoço com a epistemologia. É pela epistemologia judiciária que se analisa as ferramentas com vistas à melhor atividade cognitiva do juiz na valoração da prova. Outrossim, é com base na epistemologia que se verifica se as regras probatórias aumentam ou diminuem a possibilidade de o juiz atingir conhecimento processualmente válido, com a melhor correspondência entre o fato natural e a decisão.
2. A partir da epistemologia se avança para o Direito Probatório, com o seu estabelecimento em qualquer ordenamento jurídico de condicionantes da prova, desde a sua obtenção até o momento da valoração. Não existe ordenamento sem alguma regra probatória. E as regras probatórias, lembradas por Julio Maier como “regulação jurídica dos meios de prova”, funcionam como filtros que podem ser desde a obtenção das informações até a sua admissibilidade, como é o objeto delimitado deste estudo.
3. Os filtros, basicamente, são de duas ordens: lógica e legal. Na primeira prevalece o critério de relevância e pertinência e, na segunda, ocorre a adequação a partir dos interesses protegidos por cada sistema jurídico. E cada sistema jurídico estabelece, em consonância à determinada escolha político-criminal, a distinção entre regras legais de proibição fundadas em critérios que podem ser epistemológicos ou, distintamente, não-epistemológicos.
4. O juiz só deve valorar o que é produto de regular obtenção e de regular admissão e, posteriormente, regular produção. Falar em atividade probatória é falar de limites ao conhecimento.
5. Historicamente, tais limites ao conhecimento tiveram motivações e conformações diversas, conforme determina a tradição do modelo de *common law* ou de *civil law*. Num e noutro modo, e em épocas distintas, a partir de motivações distintas, a forma de se estabelecer os controles sobre a atividade probatória era originariamente distinta.

6. Tal desenvolvimento distinto provocou, inclusive, consequências distintas quanto aos vícios da ilicitude probatória, ocasionando as ramificações conhecidas como *exclusionary rules* (que se consagraram, sobretudo nos EUA, a partir de interpretações no início do século XX das quarta, quinta e sexta Emendas Constitucionais). De outro lado, em modelos apegados ao *civil law*, onde o regramento aos métodos probatórios advinha fortemente do Direito Positivo, cuidou-se de *regras de proibição probatórias*.
7. Se durante muito tempo tal separação dogmática foi perceptível, a partir da segunda metade do século XX passou-se a diagnosticar o que Fabrizio Guariglia nomeou de “fertilização cruzada” entre os dois modelos então estanques, ou o que Manuel da Costa Andrade nomeou de “mistura das águas” entre os modelos de *exclusionary rules* e *proibições probatórias*.
8. Foi nesse sentido que o constituinte brasileiro, de 1988, com o art. 5º, LVI, inaugurou o tratamento do tema, ainda apegado à tradição de *proibições probatórias*. Com o advento da Reforma Processual Penal, de 2008, e a nova redação do art. 157 do Código de Processo Penal, flertou-se com as *exclusionary rules*. Atualmente, o Brasil se situa a meio caminho entre a regra originária de *proibições probatórias* e a fluidez inerente às *exclusionary rules*.
9. O estudo do controle da obtenção e da admissibilidade dos elementos de prova no Processo Penal supõe o estabelecimento de um procedimento probatório. O procedimento, pois, é uma sequência encadeada de atos regrados pelo Direito Positivo, desde a investigação sobre a ocorrência do fato até a valoração probatória. O procedimento é fiel à eficácia da prova produzida. A prova é eficaz e, conforme aponta Franco Cordero, atende à *fattispecie* procedimental até sua valoração.
10. Segue a classificação quadripartite de fases, ou momentos probatórios: propositura (ou requerimento), admissão, realização (ou produção) e valoração. Na particularidade do estudo procedimental, cuida-se da sua admissão e não de admissibilidade, já que a admissibilidade tem a ver com a prova abstrata, se lícita ou não, ou seja, se em tese poderia ou não ser produzida em algum processo. A admissão, todavia, é o conceito que decorre de fase procedimental e não da prova em abstrato. De mais a mais, a inadmissibilidade é sanção processual antecipada, que veda a entrada de determinada prova em juízo, o que não se confunde com a fase procedimental, da admissão.
11. Reconhece-se a existência do *direito à investigação* como necessária pesquisa de fontes de prova com vistas a evitar ou justificar eventual ação penal, e prévio ao seu oferecimento. Não se reconhece, contudo, que tal *direito* signifique uma fase

- procedimental autônoma, seja pela fluidez inata à investigação criminal, em que não há como reproduzir o paralelismo quadripartite, seja porque o direito à investigação não acontece necessariamente em *investigação em sentido estrito*, e sim, em toda e qualquer hipótese que justifique a busca autônoma de fontes de prova (como por exemplo, justificação criminal para fins de revisão criminal, *habeas corpus*).
12. O Processo Penal italiano tem importante distinção entre momentos específicos da admissão e posterior aquisição ou assunção (provas *constituendas*, no primeiro caso, e *pré-constituídas*, no último). A fase da admissão é aquela necessária, que culmina com a autorização do juiz a que se produza, no futuro, o apontado meio de prova. *Admite-se a produção futura do determinado meio de prova* e, por isso, no Brasil equivaleria à fase de requerimento probatório. Já a fase de aquisição ou assunção, a depender do fato de ser a prova constituenda ou pré-constituída, é aquela em que o juiz autoriza a produção probatória. Nessa fase, como aponta Miguel Fenech, o juiz tem o “contato sensorial” com a prova.
 13. A distinção italiana e o tratamento sistemático que existe lá e aqui, faz com que se registre a existência de um regime de inclusão probatória, ou seja, presume-se admissível a prova cuja produção se requer. Os filtros, de distinta natureza, operam sobre o plano de inclusão probatória. Ainda assim, porém, o direito à admissibilidade probatória não é ilimitado. É, como toda a atividade probatória, regrado, isto é: não há direito absoluto à admissibilidade probatória e cada sistema convive com a conformação que escolher entre as exclusões probatórias (*ex post*) e as inadmissibilidades (*ex ante*). O Brasil, a partir de 1988, inaugurou tratamento do tema com vistas às regras de proibição probatória (art. 5º, LVI), mas, em 2008, com a nova redação do art. 157, do CPP, flertou, também, com regras inerentes às exclusões probatórias.
 14. No filtro regrado, os critérios lógico e legal são os adotados. O plano lógico torna o controle de admissibilidade peculiar porque, por vezes, a depender da interpretação, pode se dar confusão indevida entre os critérios lógico e a chamada efetividade da prova. Nessas situações haverá antecipação de juízo valorativo sobre a prova, incorrendo no que Mirjan Damaška vê como risco de metamorfose de planos de admissibilidade e de valoração. Não se deve aferir a *eficácia da prova*, como lembra Michele Taruffo, a propósito de controle lógico da admissibilidade da prova penal.
 15. O procedimento é tão importante quanto o conteúdo veiculado pelo ato probatório.
 16. Em sentido processual, a prova é o conhecimento processualmente verdadeiro (Antonio Magalhães Gomes Filho) e pode significar tanto uma atividade (a de reconstrução

histórica do ocorrido), como um meio (um instrumento pelo qual as informações entram no processo) ou resultado (o conjunto final dos meios de prova, a serem apreciados pelo juiz).

17. O elemento de prova é o dado probatório bruto, é o mais importante momento da sequência probatória (Giulio Ubertis), é a tradução consagrada da expressão *evidence*. É ele – o elemento de prova – que, introduzido no processo, é usado pelo juiz para a atividade inferencial. A fonte de prova é a origem, é o “de onde” vem o elemento de prova, e pode ser tanto um sujeito quanto um objeto, daí porque ser pessoal ou real. A fonte, estática como o elemento de prova, pré-existe ao processo. O meio de prova é o canal pelo qual o elemento de prova (o “quê” probatório) entra no processo, ou seja, é o canal comunicativo, o instrumento processual, o canal de informação, entre o elemento de prova e o juiz. Resultado de prova é o conjunto probatório que será objeto da valoração judicial.
18. Especificamente quanto à divisão dos meios de prova e meios de obtenção (ou pesquisa) de prova, sua origem surgiu na Itália, com o *progetto preliminare*, de 1978, que foi depois repetida nas *relazione* ao *Codice di Procedura Penale*, de 1988. Ali se imaginava, no início, acabar com uma “flutuação linguística” e dar uniformidade ao sistema probatório italiano, superando a insegurança que vinha com o *Codice Rocco*, de 1930. Essa distinção revelou que os meios de obtenção de prova não seriam, por si só, fontes de convencimento judicial, pois tinham caráter instrumental probatório de segundo grau (Carlo Taormina) para chegar às fontes de prova. Com atividades extraprocessuais, são habitualmente caracterizados pela surpresa tomada fora do cenário do contraditório.
19. Malgrado a distinção entre meios de prova e meios de obtenção de prova tenha ganhado prestígio em países como Portugal (Decreto n. 78/87), no Brasil, particularmente com o advento da Lei n. 12.850/2013, fez-se coro às críticas doutrinárias quanto à insubsistência da categoria dos meios de obtenção de prova por sua baixa suficiência epistemológica, por sua superfluidade e obscuridade conceitual. Assumiu-se que o melhor seria seguir a expressão *técnica oculta de investigação*, mas optou-se pela terminologia vigente no sistema brasileiro para evitar maior discussão terminológica.
20. Na distinção entre os atos probatórios irrepetíveis, cautelares e antecipados, há uma gradação decrescente na justificativa da tomada a destempo de cada um deles que, proporcionalmente, conforma o regime de contraditório. Os atos irrepetíveis decorrem daqueles que não mais se reproduzem no futuro, tornando impossível que o conhecimento chegue ao juiz se o ato for realizado em momento oportuno, não havendo

contraditório em sua formação, mas baixo conteúdo epistemológico. Os atos probatórios cautelares são aqueles que podem ser realizados em momento futuro, entretanto, por relevantes motivos, teme-se que isso não possa ocorrer. Esses atos são realizados em plena incidência do regime do contraditório. Os atos antecipados são aqueles que decorrem de uma constatação menos comprometedora de realização em momento oportuno, e podem se justificar não por temor fundado de não reprodução futura, mas sim por dificuldade, ou putatividade de dificuldade. Também aqui há incidência do contraditório em sua formação.

21. As provas constituídas (ou, na linguagem de Taruffo, provas de formação processual) são as decorrentes de procedimentos processuais que existem no âmbito do processo, ao contrário das provas pré-constituídas, como as decorrentes de procedimentos extraprocessuais que se formam fora do processo. As provas pré-constituídas têm regime de contraditório próprio, pois entram no processo já concluídas em sua formação, ou seja, o contraditório não se dá sob sua formação, mas após a sua entrada. Não há um rigoroso contraditório na formação dessas provas, mas sim, apenas posteriormente, sobre a prova produzida.
22. Típica é aquela prova nomeada e sobre a qual se estrutura o procedimento probatório; e, atípica pode ser tanto a prova inominada quanto a nominada despida de procedimento probatório próprio. No âmbito das provas típicas, o vício da anomalia é uma fraude de etiquetas (Paolo Tonini) e significa o seguimento de um rito probatório para a produção probatória distinta daquele que ao final é o resultado. Já o vício da irritualidade se dá não com a troca de ritos, mas sim com o rito próprio de uma determinada prova, sem, contudo, a observância das próprias formalidades. Tanto a prova irritual como a anômala são inadmissíveis no Processo Penal.
23. Desde o advento do *Code d'instruction Criminelle*, e a difusão do chamado sistema misto, com uma primeira fase investigativa tipicamente escrita e inquisitorial e uma posterior fase oral acusatória, imagina-se uma forma de superar essa dicotomia.
24. Recentemente, na Itália, o advento do *Codice di Procedura Penale*, de 1988, trouxe contribuições que, se não extinguem completamente a lógica do modelo bifásico francês, apontam caminhos importantes no tema do controle da obtenção e admissibilidade dos elementos de prova. Além disso, como lógica que também se difundiu a partir do *Codice di procedura penale*, de 1988, considera-se que prova em sentido técnico-jurídico é aquela em regra formada em contraditório, ou seja, aquela que nasce no contraditório entre partes e juiz.

25. No modelo italiano, as *indagini preliminari* são as investigações que têm como escopo primário a reconstrução do fato endereçado ao Ministério Público, e não são objeto de valoração para proferimento de sentença. Há, pois, baixa eficácia probatória das informações amealhadas em *indagini preliminari*. Essa pequena eficácia tem como consequência maior efetividade probatória, justamente, das provas produzidas em contraditório.
26. Além dessa característica, na Itália, há a fase específica de *audiência preliminar* como importante fase de filtro cognitivo, de “smistamento”, de triagem ou depuração sobre o que pode ser objeto de debates em futura fase oral do Processo Penal. A fase de audiência preliminar funciona como autêntico divisor de águas entre a investigação e a fase do juízo oral.
27. O incidente probatório é outra característica do Processo Penal italiano para prestigiar o contraditório como intrínseco à formação da prova. Por ele, antecipa-se a colheita da prova penal, observado o mesmo cenário típico da fase oral. Ele funciona como uma aquisição antecipada da prova no Processo Penal.
28. Na América Latina, os últimos 50 anos têm propiciado modificações nos processos penais de quase todos os países. Há como assumir postura crítica a partir de possível assimilação de modelos adversariais de Processo Penal, mas, por outro lado, há como defender uma coincidência com a mudança de regimes políticos que têm motivado, por si, alterações processuais penais. Com isso, se por um lado se comprova a ligação estreita entre conformação política e conformação processual penal, por outro se pode verificar que as mudanças, malgrado relativamente comuns em alguns temas, como inclusive, se tentou condensar com o *Código Modelo de Processo Penal para Ibero America ide 1988*, não chegaram ao Brasil.
29. O paradigma chileno é interessante porque com a alteração de 2000, várias instituições atuantes na justiça criminal foram reconfiguradas ou inauguradas. Ali, também, esclareceu-se que a função da fase investigativa é arregimentar informações para o Ministério Público, bem como que a Polícia atua sob coordenação direta do Ministério Público. A ideia de baixa eficácia probatória, como se viu acontecer na Itália, também aqui foi prestigiada, justamente porque se seguiu a audiência preliminar e, depois dela, o processo oral. A fase intermediária assume, também, papel de filtro cognitivo. E com o seu encerramento, o Juiz de Garantias encaminha o auto ao juízo oral com a chamada decisão de “*auto de apertura del juicio oral*”.

30. O novo modelo uruguaio, vigente desde 2017, mostrou que a investigação preliminar sequer acompanha os autos, em caso de encaminhamento ao juízo oral. Também no Uruguai, com a fase intermediária de controle – de acusação e de provas – o processo tem um novo filtro cognitivo.
31. O *Código Modelo de Processo Penal para Ibero America* tinha o que se nomeava como fase de *recepção da prova*, que era tipicamente a fase intermediária.
32. O Brasil, desde 1832, conviveu com o processo penal bifásico, e jamais consagrou fase específica com finalidade de controlar a obtenção e admissibilidade de elementos de prova no Processo Penal. Se antes do advento do Código de Processo Penal, de 1941, com as arraigadas ideias de *formação de culpa* como juízo preliminar às acusações, o juiz tinha a função de ir à procura de elementos de informação, naquele contexto, a decisão de *pronúncia* é que significava o juízo positivo de admissibilidade de acusações. E, por ele havia o que Joaquim Canuto Mendes de Almeida lembrava ser paralelo ao *invio a giudizio* do Direito Processual Penal italiano.
33. Depois, com o advento do Código de Processo Penal, de 1941, à admissão de acusação seguiu-se momento procedimental de pequeníssima importância, como mera apresentação de peça defensiva facultativa.
34. Só com o Anteprojeto Hélio Tornaghi, em 1963, foi que se imaginou fase própria e específica de contraditório entre acusação e defesa, prévio ao recebimento de acusações. E, depois, no fim da década de 70 do século passado, com a apresentação do Anteprojeto Frederico Marques, apresentou-se ao debate o PL 633/1975, com a fase de *saneamento do processo penal*. Tal fase específica supunha, ainda, o filtro processual após o juízo prévio de aceitação da causa penal e não era, ainda propriamente, a fase específica de controle de elementos de informação no Processo Penal.
35. Novamente, a ideia de contraditório prévio ao recebimento de acusações foi trazida no PL n. 4.895/1995, por intermédio de comissão de juristas presidida pelo ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Uma vez mais, porém, não se debatia sobre uma fase específica de controle da admissibilidade de elementos de informação no Processo Penal brasileiro.
36. Finalmente, ao longo das discussões havidas no âmbito do andamento do PL n. 4.207/2001 até o advento da Lei n. 11.719/2008, discutiu-se outra vez a possibilidade de contraditório prévio ao recebimento de acusações penais, com idas e vindas nos meandros do processo legislativo. E, ainda assim, não se cuidou de controle específico da admissibilidade de elementos de informação no Processo Penal.

37. Ressente-se do que se nomeou no estudo sobre a falta de *filtro epistemológico* que, na maioria das situações pode ser exercido com audiência de controle de admissibilidade de elementos de informação e, em situações especiais, em audiências tópicas.
38. O *filtro epistemológico* deve ser exercido em fase de controle por parte do Juiz de Garantias, como se imagina deve ser implementado no Brasil. A tal juiz, além das competências previstas no texto do PL n. 8.045/2010, deve ser atribuída competência para a admissibilidade não só dos elementos de informação como, também, da ação penal, encaminhando-se, depois, e se for preciso, o caso ao júízo oral.
39. Isso porque à figura do Juiz de Garantias com tal competência se acresce, também, uma nova conformação do Processo Penal brasileiro, em três fases distintas: investigativa, intermediária e oral. No modelo projetado, a fase intermediária seria fase que, no *Código Modelo*, chamou-se de *recepção de prova*. A fase de controle de admissibilidade de elementos de informação, como *filtro epistemológico*, tem natureza de depuração e é divisora de águas no Processo Penal brasileiro. Em retrospectiva, expurga-se elemento probatório viciado; e em prospectiva, admite-se produção de provas futuras após debate sobre validade em contraditório.
40. Há, especificamente em países latino-americanos, além da Itália, previsões que são úteis na conformação da audiência intermediária, nos moldes sugeridos nesta tese. Isso se vê nos exemplos do Chile, do Uruguai, da Colômbia, do Peru, além de ter sido conjecturado no Código Modelo.
41. O *filtro epistemológico* da audiência de controle de admissibilidade de elementos de informação atenderá aos dois critérios – lógico (controle da pertinência e relevância) e formal (adequação ao figurino legal previsto em lei para a obtenção e produção de determinado meio de prova). Nesse modelo de duplo critério, deve-se trabalhar com a consagração dos critérios lógicos e formais como autêntica regra geral para qualquer produção de informação ao invés de circunscrever o critério lógico, por exemplo, às previsões de produção da prova oral, o que ainda se vê nos arts. 400, § 1º, e 411, § 2º, do Código de Processo Penal brasileiro. Além disso, como a aferição do critério lógico é desapegada de regras prefixadas, haverá apreciação mais rigorosa do que a que se dá no plano da mera adequação formal aos requisitos para a produção de qualquer prova.
42. O controle da produção de informações pré-constituídas é distinto daquele de provas constituídas (ou provas de formação processual, como ensina Taruffo). Como as informações pré-constituídas se formam fora de determinada persecução penal na qual são utilizadas, o controle de sua admissibilidade deve se dar tão logo as respectivas

informações aporem aos autos. Ou seja: para as informações pré-constituídas não se deve aguardar o momento da audiência específica de controle de admissibilidade de elementos de informação.

43. Outra especificidade ocorre na produção de informações a título cautelar, irrepetível ou de forma antecipada, como se passou a prever a partir do art. 155, do Código de Processo Penal brasileiro após a Reforma Processual Penal, de 2008 e, mais recentemente, também conforme o art. 3º-B, VII, com a redação conferida pela Lei n. 13.964/2019. O *filtro epistemológico*, nessas situações, justifica uma audiência específica para que se produzam as informações a partir de cada figurino legal excepcional. Ou seja: tal qual se defendeu nas informações pré-constituídas, as situações de cautelaridade, irrepetibilidade e antecipação demandam audiência autônoma de controle, em separado da audiência de controle de admissibilidade de elementos de informação.
44. No que diz respeito às técnicas ocultas de investigação, disseminadas no Brasil sob a nomenclatura de *meios de obtenção de prova*, cogita-se *duplo controle* – um sobre a autorização para que se *obtenha* determinada medida intrusiva, isto é, para que se pratique determinada atividade probatória específica, e outro posterior, de admissibilidade do resultado da apontada atividade.

REFERÊNCIAS

- ABELLÁN, Marina Gascón. *Questiones probatórias*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2012.
- ACKERMAN, Bruce; AMBOS, Kai; SIKIRIĆ, Hrvoje (Eds). Rethinking evidence under Damaška's Teaching. *In: Visions of Justice. Liber Amicorum Mirjan Damaška*. Berlin: Duncker & Humblot, 2016.
- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de. *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. 4. ed. Lisboa: Universidade Católica Ed., 2011.
- ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. *Princípios fundamentais do Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.
- ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. *Processo Penal, ação e jurisdição*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.
- ALONSO, Pedro Aragonese. *Instituciones de derecho procesal penal*. 2. ed. Madrid: Gráficas Encinas, v. 1, 1979.
- AMODIO, Ennio. Gli elaborati della commissione C.N.R. – Ministero – Università di Firenze nel período 1981-1982. *In: CONSO, Giovanni; GREVI, Vittorio; MODONA, Guido Neppi. Il nuovo Codice di Procedura Penale*. Dalle Leggi Delega ai Decreti Delegati. Dal Progetto Preliminare del 1978 alla legge delega del 1987. Padova, Italy: Cedam, v. II, 1989.
- AMODIO, Ennio. *Processo penale, diritto europeo e common law: dal rito inquisitorio al giusto processo*. Milão: Giuffrè, 2003.
- AMODIO, Ennio. Il diritto delle prove penali nel pensiero di Mirjan Damaska. *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, v. 50, n. 1, jan/mar. 2007.
- AMODIO, Ennio. Rethinking Evidence under Damaška's Teaching. *In: ACKERMAN, Bruce; AMBOS, Kai; Sikirić, Hrvoje (Edits.). Visions of Justice. Liber Amicorum Mirjan Damaška*. Berlin: Duncker & Humblot, 2016.
- ANDERSON, Terence; SCHUM, David; TWINING, William. *Análisis de la prueba*. Trad. coordinada por Flavia Carbonell y Claudio Aguero. Madrid: Marcial Pons, 2015.
- ANDRADE, Manuel da Costa. *Observações críticas sobre uma Lei que podia e devia ter sido diferente*. Coimbra: Coimbra Ed., 2009.
- ANDRADE, Manuel da Costa. *Sobre as proibições de prova no processo penal*. Coimbra: Coimbra Ed., 2013.
- ANDRADE, Mauro Fonseca. *Sistemas processuais penais e seus princípios reitores*. Curitiba: Juruá, 2008.

ANDRADE, Mauro Fonseca. *Juiz de garantias*. Curitiba: Juruá, 2011.

ANTUNES, Maria João. *Direito Processual Penal*. Coimbra: Almedina, 2016.

ARANHA, Adalberto José Q. T. de Camargo. *Da prova no Processo Penal*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ARANTES FILHO, Marcio Geraldo Britto. *A interceptação de comunicação entre pessoas presentes*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

ARAS, Vladimir. Técnicas especiais de investigação. In: CARLI, Carla Veríssimo de (Coord.). *Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal*. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

AROCA, Montero. *Principios del proceso penal: una explicación basada en la razón*. Valência: Tirant lo Blanch, 1997.

AROCA, Montero. La inutilidad del llamado principio acusatorio para la conformación del proceso penal. In: *Cuestiones actuales del sistema penal: crisis y desafíos*. Lima: Ara Editores, 2008a.

AROCA, Montero. Principio acusatório y prueba en el proceso penal: la inutilidad jurídica de un eslogan político. In: COLOMER, Juan Luis Gómez (Coord.). *Prueba y proceso penal: análisis especial de la prueba prohibida en el sistema español y en el derecho comparado*. Valência: Tirant lo Blanch, 2008b.

ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE SÃO PAULO. *Ciclo de Palestras sobre o anteprojeto do Código de Processo Penal*. São Paulo: Ed. Unidas, 1971.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Ônus da prova no Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Provas atípicas e provas anômalas: inadmissibilidade da substituição da prova testemunhal pela juntada de declarações de quem poderia ser testemunha. In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (Orgs.). *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ Editora, 2005.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Rejeição da denúncia ou queixa e absolvição sumária na reforma do Código de Processo Penal: atuação integrada de tais mecanismos na dinâmica procedimental. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: RT, n. 76, Jan./Fev. 2009.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Processo Penal*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015a.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Direito à prova e os limites lógicos de sua admissão: os conceitos de pertinência e relevância. In: KHALED JR., Salah H. (Coord.). *Sistema Penal e Poder Punitivo*. Estudos em homenagem ao Prof. Aury Lopes Jr. Florianópolis: Empório do Direito, 2015b.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. O valor probatório do inquérito policial. *In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; VASCONCELOS, Eneas Romero de (Coords.). Polícia e investigação no Brasil*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. A colaboração premiada: meio de prova, meio de obtenção de prova ou um novo modelo de justiça penal não epistêmica? *In: MOURA, Maria Thereza de Assis; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Coords.). São Paulo: Revista dos Tribunais*, 2017.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahi. Hipóteses que autorizam o emprego de meios excepcionais de obtenção de prova. *In: AMBOS, Kai; ROMERO, Eneas (Orgs.). Crime organizado*. Análise da Lei 12.850/13. Barcelona: Marcial Pons, 2017.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Um modelo de epistemologia judiciária: o controle lógico e racional do juízo de fato no processo penal*. Tese apresentada à Egrégia Congregação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial ao concurso para provimento de cargo de Professor Titular do Departamento de Direito Processual. São Paulo, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2018a.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. Editorial dossiê “Prova penal: fundamentos epistemológicos e jurídicos”. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*. Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan./abr. 2018b.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Provas atípicas. *Revista de Processo*. São Paulo, v. 19, n. 76, 1994.

BATISTA, Weber Martins. O saneamento no Processo Penal. *Direito Penal e Direito Processual Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

BELING, Ernst von. Las prohibiciones de prueba como límite a la averiguación de la verdad en el Proceso Penal. *In: AMBOS, Kai; GUERRERO, Óscar Julián (Coords.). Las prohibiciones probatorias*. Bogotá, Colômbia: Editorial Temis, 2009.

BELTRÁN, Jordi Ferrer. *Prueba y verdad en el derecho*. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 2005.

BELTRÁN, Jordi Ferrer. *La valoración racional de la prueba*. Madrid, Barcelona, Buenos Aires: Marcial Pons, 2007.

BELTRÁN, Jordi Ferrer. La prueba es libertad, pero no tanto: una teoría de la prueba Cuasi-Benthamiana. *Revista Jurídica Mario Alario D'Filippo*, v. IX, n. 18, 2017.

BENEDETTI, Ivone C. (Coord. Geral). *Dicionário Martins Fontes*. Italiano-português. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENTHAM, Jeremy. *Rationale of Judicial Evidence*. Edinburgh: Ed. William Tait, v. 5, 1843.

BIANCHI, Giuseppe. *L'ammissione della prova nel dibattimento penale: analisi dell'attività argomentativa delle parti*. Milão: Itália, Giuffrè, 2001.

BINDER, Alberto. *Introdução ao Direito Processual Penal*. Trad. de Fernando Zani; rev. e apres. de Fauzi Hassan Choukr. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BINDER, Alberto. *A reforma da justiça penal na América Latina como política de longo prazo*. In: *Fundamentos para a Reforma da Justiça Penal*. Trad. e revisão técnica de Augusto Jobim do Amaral. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

BINDER, Alberto. *La fase intermedia, control de la investigación*. Instituto de Ciencia Procesal Penal. Disponível em: <http://www.incipp.org.pe/archivos/publicaciones/faseintermedia.pdf>. Acesso em: 18 maio 2019.

BIONDI, Giuseppe. *L'incidente probatorio nel processo penale*. Milano, Italy: Giuffrè, 2006.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941*. Institui o Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. *Anteprojeto de Código de Processo Penal*. Apresentação. Ministério da Justiça. Gabinete do Ministro. Brasília, 1981.

BRASIL. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. *Parecer n. 1.001, de 2007*.

BRASIL. *Lei n. 11.690, de 9 de junho de 2008*. Altera dispositivos do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11690.htm#art1. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n. 8.045/2010*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/roposicoesWeb/fichadetramitacao;jsessionid=2ED86FF2BACA945E7A9032E7D7DC4FFB.proposicoesWeb2?idProposicao=490263>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. *Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019*. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 26 dez. 2019.

BUENO, José Antonio de Pimenta. *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*. 2. Ed. correcta e augmentada. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857; Ed. anotada, atualizada e complementada por José Frederico Marques. São Paulo: RT, 1959.

CALABRESI, Guido. The exclusionary rule. *Harvard Journal of Law & Public Policy*, v. 26. 2003.

CAMBI, Eduardo. *A prova civil*. Admissibilidade e relevância. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

CASTRO, César Eugenio San Martín. La reforma procesal penal peruana: evolución y perspectivas. In: POZO, José Hurtado; CASTRO, César Eugenio San Martín (Coords.). *La reforma del proceso penal peruano*. Anuario de Derecho Penal. Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, Fondo Editorial, 2006.

CEBALLOS, Nicolás R.; DARAY, Roberto R.; PETITE, Alberto J. Huarte; LEO, Roberto. *Código Procesal Penal Federal*. Análisis Doctrinal y Jurisprudencial. Coordinado por ASTURIAS, Miguel A. Dirigido por DARAY, Roberto R. 2. ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2019.

CHEDIAK, Jorge; NICASTRO, Gustavo; PESCE, Marcelo. El Nuevo C.P.P. a poco más de 15 días de su entrada en vigor. Consideraciones generales, observaciones y soluciones para su implementación. In: *Estudios sobre el Nuevo Proceso Penal*. Implementación y Puesta en Práctica. Asociación de Magistrados del Uruguay. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2017.

CHIAVARIO, Mario. *La Riforma del Processo Penale*. Appunti sul nuovo codice. 2. ed. ampl. e aggiornata. Torino, Italy: UTET, 1990.

CHIAVARIO, Mario. *Appunti sul processo penale*. Recolli da Barbara Giors e Serena Quattrocchio. Torino, Italy, G. Giappichelli, 2000.

CHIAVARIO, Mario. *Diritto Processuale Penale*. Profilo Istituzionale. 3. ed. Torino, Italy: UTET, 2007.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Código de Processo Penal*. Comentários Consolidados e Crítica Jurisprudencial. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *Código de Processo Penal*. Comentários Consolidados & Crítica Jurisprudencial. 7. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, v. 1, 2017.

COLOMER, Juan-Luis Gomez. *El proceso penal alemán*. Introducción y normas básicas. Barcelona: Bosch. 1985.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Prove ed accertamento dei fatti nel nuovo CPP. *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*. Milano: Giuffrè, fasc. I, jan.-mar. 1990.

CONSO, Giovanni; GREVI, Vittorio; MODONA, Guido Neppi. Il Progetto Preliminare De 1978. In: *Il Nuovo Codice di Procedura Penale*. Dalle Leggi Delega ai Decreti Delegati. La legge delega del 1974 e il progetto preliminare del 1978. Padova: Cedam, v. I, 1989.

CONSO, Giovanni. L'iter della legge n. 81 del 1987. In: CONSO, Giovanni; GREVI, Vittorio; MODONA, Guido Neppi. *Il nuovo Codice di Procedura Penale*. Dalle Leggi Delega ai Decreti Delegati. Dal Progetto Preliminare del 1978 alla legge delega del 1987. Padova, Italy: Cedam, v. II, 1989.

CONSO, Giovanni. Precedenti storici ed iter della legge n. 108 del 1975. In: CONSO, Giovanni; GREVI, Vittorio; MODONA, Guido Neppi. In: *Il Nuovo Codice di Procedura Penale*. Dalle Leggi Delega ai Decreti Delegati. La legge delega del 1974 e il progetto preliminare del 1978. Padova: Cedam, v. I, 1989.

CONSO, Giovanni. *I Lavori Preparatori dei Codici Italiani. Una Bibliografia*. Biblioteca Centrale Giuridica. Ministero della Giustizia. Dipartimento per gli Affari di Giustizia. Biblioteca Centrale Giuridica, 2013.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA ITALIANA. *Costituzione Italiana*. Edizione in língua portoghese. Senato dela Repubblica. Roma. 2018. Disponível em: https://www.senato.it/application/xmanager/projects/leg18/file/repository/relazioni/libreria/novita/XVII/COST_PORTOGHESE.pdf. Acesso em: 29 jun. 2018.

CONTE, Mario; GEMELLI, Maurizio; LICATA, Fabio. *Le Prove Penali*. Milão: Giuffrè, 2011.

CORBI, Fabrizio. *La disciplina dell'ammissione dela prova nel processo penale*. Milão: Giuffrè, 1975.

CORDERO, Franco. *Tre studi sulle Prove Penali*. Milão: Giuffrè, 1963.

CORDERO, Franco. *Guida alla procedura penale*. Torino: UTET, 1986.

CORDERO, Franco. *Procedura Penale*. Milão: Giuffrè, 2000.

CORDERO, Franco. *Procedura Penale*. 8. ed. Milano, Italy: Giuffrè, 2006.

COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Sistema acusatório: cada parte no lugar constitucionalmente demarcado. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 46, n. 183, jul./set. 2009.

DALBORA, José Luis Guzmán. Involución de la reforma procesal penal chilena. *Revista Procesal Penal*, n. 68, feb. 2008.

DAMAŠKA, Mirjan. Evidentiary barriers to conviction and two models of criminal procedure: a comparative study. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 121, 1973.

DAMAŠKA, Mirjan. *The faces of Justice and State Authority: a comparative approach to the legal process*. New Haven & London: Yale University Press, 1986.

DAMAŠKA, Mirjan. *Evidence Law Adrift*. New Haven & London: Yale University Press, 1997.

DAMAŠKA, Mirjan. *Epistemology and legal regulation of proof*. Law, Probability and Risk, v. 2, 2003.

DAMAŠKA, Mirjan. *Evaluation of evidence*. Pre-Modern and Modern Approaches. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

DANIELE, Marcelo. *Regole di esclusione e regole di valutazione della prova*. Torino: G. Giappichelli Editore, 2009.

DE LAS CARRERAS, Beatriz Larriau. La actuación del Juez en el Nuevo Proceso Penal. *In: Estudios sobre o Nuevo Proceso Penal*. Implementación y Puesta en Práctica. Asociación de Magistrados del Uruguay. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2017.

DEMARI, Lisandra. Juízo de relevância da prova. *In: KNIJNIK, Danilo (Org.). Prova judiciária: estudos sobre o novo Direito Probatório*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

DEU, Teresa Armenta. *Leciones de Derecho Procesal Penal*. 3. ed. Madrid: Marcial Pons, 2007.

DEZEM, Guilherme Madeira. *Da Prova Penal*. Tipo Processual, provas típicas e atípicas. Campinas, SP: Millennium, 2008.

DEZEM, Guilherme Madeira. *Curso de Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Fernando Gardinali Caetano. Prova cautelar, antecipada e irrepetível e o contraditório na investigação criminal. In: *Revista Fórum de Ciências Criminais*. Belo Horizonte: RFCC, ano 5, n. 10, jul./dez. 2018, pp. 115-43.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, v. 3, 2009.

DOMINIONI, Oreste; CORSO, Piermaaria; GAITO, Alfredo; SPANGHER, Giorgio; GALANTINI, Novella; FILIPPI, Leonardo; GARUTI, Giulio; MAZZA, Oliviero; VARRASO, Gianluca; VIGONI, Daniela. *Procedura penale*. 6. ed. Turim: G. Giappichelli, 2018.

DUCE, Mauricio J.; RIEGO, Cristián R. *Proceso Penal*. Santiago: Ed. Jurídica del Chile, 2007.

DUCE, Maurício. Diez años de reforma procesal penal en Chile: apuntes sobre su desarrollo, logros y desafíos. In: CASTAÑEDA, Susana (Coord.). *Nuevo proceso penal y delitos contra la administración pública*. Lima: Jurista Ed., 2014.

ESQUIROL, Jorge L. The failed law of Latin America. *The American Journal of Comparative Law*, v. 56, n. 1, 2008, pp. 75-124.

ESQUIROL, Jorge L. The Latin American tradition of legal failure. *Comparative Law Review*, v. 2, n. 1, 2011.

ESQUIROL, Jorge L. *Las ficciones del derecho latinoamericano*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2014.

ESQUIROL, Jorge L. El nuevo latinoamericanismo jurídico. In: BONILLA MALDONADO, Daniel (Org.). *Geopolítica del conocimiento jurídico*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2015.

ESTRAMPES, Manuel Miranda. *Prueba ilícita y regla de exclusion en el sistema estadounidense*. Crónica de una muerte anunciada. Barcelona: Marcial Pons, 2019.

FENECH, Miguel. *Derecho Procesal Penal*. 3. ed. Barcelona: Editorial Labor, v. 1, 1960.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Teoria geral do procedimento e o procedimento no Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FERNANDES, Antonio Scarance. Prova e sucedâneos de prova no Processo Penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 15, n. 66, maio-jun. 2007.

FERNÁNDEZ, Selva Klett. Reglas generales de la prueba. In: OLIÚ, Alejandro Abal (Coord.). *Curso sobre el nuevo Código de Proceso Penal*. Ley nº 19.293. Montevideo: Fundación de Cultura Universitária, v. I, 2018.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão. Teoria do Garantismo Penal*. 2. ed. rev. e ampl., com introdução e índices onomástico e analítico. Trad. Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares, Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FERREYRA, José María Gómez. El debido proceso del control de acusación. In: *Estudios sobre o Nuevo Proceso Penal*. Implementación y Puesta en Práctica. Asociación de Magistrados del Uruguay. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2017.

FERRUA, Paolo. Gênese da reforma constitucional do “*giusto processo*” na Itália. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*. Porto Alegre, v. 3, n. 2, maio/ago. 2017.

FERRUA, Paolo. *La prova nel Processo Penale*. Struttura e procedimento. 2. ed. Torino: G. Giappichelli, v. I, 2017.

FERRUA, Paolo; GRIFANTINI, Fabio M.; ILLIMINATI, Giulio; ORLANDI, Renzo (Coords.). *La prova nel dibattito penale*. Turim, Italy: G. Giappichelli Editore, 2007.

FLORIAN, Eugenio. *Delle prove penali. I. in generale*. Milão: Casa Editrice Dottor Francesco Vallardi, 1921.

FLUZA, Vicente C. Guzmán. *Anticipación y preconstitución de la prueba en el proceso penal*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

FRANÇA, Rafael Francisco. Meios de obtenção de prova na fase preliminar criminal: considerações sobre reconhecimento pessoal no Brasil e na legislação comparada. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 112, jan./fev. 2015.

FURGUIELE, Alfonso. *La prova nel processo penale*. Formazione, valutazione e mezzi di ricerca della prova. Turim, Itália: Giappicheli, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. de Flávio Paulo Meurer; revisão da tradução de Ênio Paulo Giachini. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GALLARDO, Carlos Fidalgo. *Las “pruebas ilegales”*: de la exclusionary rule estadounidense al artículo 11.1 LOPJ. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2003.

GAZZETTA UFFICIALE DELLA REPUBBLICA ITALIANA. Parte Prima. Roma, Lunedì, 24 ottobre 1988. Supplemento ordinario n. 2, n. 250, del 24 ottobre 1988 (Serie Generale).

GIACOMOLLI, Nereu José. *Reformas do Processo Penal*. Considerações críticas. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

GIACOMOLLI, Nereu José. *A fase preliminar do processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GLESS, Sabine. Germany: balancing truth against protected Constitutional interests. In: THAMAN, Stephen C. (Ed.) *Exclusionary rules in Comparative Law* (Springer. Ius Gentium. Comparative Perspectives on Law and Justice). New York/London: Springer Dordrecht Heidelberg, v. 20, 2013.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *Direito à prova no Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro). In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (Orgs.). *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Provas – Lei 11.690, de 09.06.2008. In: MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coord.). *As reformas no Processo Penal*. As novas leis de 2008 e os Projetos de Reforma. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GÖSSEL, Karl-Heinz. Las prohibiciones de prueba como límites de la búsqueda de la verdad en el proceso penal. Aspectos jurídico-constitucionales y político-criminales. In: *El proceso penal ante el Estado de Derecho*. Estudios sobre el Ministerio Público y la prueba penal. Lima: Jurídica Grijley, 2004.

GRECO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GREVI, Vittorio; CONSO, Giovanni. *Compendio di Procedura Penale*. 4. ed. Milão, Itália: Cedam, 2008.

GREVI, Vittorio; MODONA, Guido. *Introduzione al progetto del 1978*. In: CONSO, Giovanni; GREVI, Vittorio; MODONA, Guido Neppi. *Il nuovo Codice di Procedura Penale*. Dalle Leggi Delega ai Decreti Delegati. Dal Progetto Preliminare del 1978 alla legge delega del 1987. Padova, Italy: Cedam, v. II, 1989.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *O processo em evolução*. 2. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1998.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A iniciativa instrutória do juiz no Processo Penal Acusatório. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, n. 27, jul./set. 1999.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Influência do Código de Processo Penal Modelo para Ibero-América na legislação latino-americana. Convergências e dissonâncias com os sistemas italiano e brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, 1993.

GUARIGLIA, Fabrizio. *Concepto, fin y alcance de las prohibiciones de valoración probatoria en el procedimiento penal*. Una propuesta de fundamentación. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2005.

GUEDES, Clarissa Diniz. *Persuasão racional e limitações probatórias: enfoque comparativo entre os processos civil e penal*. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

GUEDES, Clarissa Diniz; LEAL, Stela Tannure. O cerceamento do acesso à prova devido à confusão entre os planos de admissibilidade e valoração do material probatório. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 240, fev. 2015.

GUEVARA, Juan Burgos Ladron de. *El valor probatorio de las diligencias sumariales en el proceso penal español*. Madrid: Civitas, 1992.

GUZMAN, Nicolás. *La verdad en el proceso penal*. Uma contribución a la epistemología jurídica. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2006.

HAACK, Susan. *Epistemology legalized or, truth, justice and the American way*. The American Journal of Jurisprudence, v. 49, 2004.

HEGER, Martin. *Strafprozessrecht*. Stuttgart: Kohlhammer, 2013.

HEINZE, Alexander. *International Criminal Procedure and Disclosure*. An Attempt to Better Understand and Regulate Disclosure and Communication at the ICC on the Basis of a Comprehensive and Comparative Theory of Criminal Procedure. Berlim: Duncker & Humblot, 2014.

ILLUMINATI, Giulio. Ammissione e acquisizione della prova nell'istruzione dibattimentale. In: FERRUA, Paolo; GRIFANTINI, Fabio M.; ILLIMINATI, Giulio; ORLANDI, Renzo (Coords.). *La prova nel dibattimento penale*. Turim, Italy: G. Giappichelli Editore, 2007.

INTERNATIONAL TRIBUNAL for the Prosecution of Persons Responsible for Serious Violations of International Humanitarian Law Committed in the Territory of the former Yugoslavia since 1991. IT/32/Rev. 46. 20 Oct. 2011.

ITALIA. *Codice di Procedura Penale, de 1989*. Disponível em: https://www.polpenuil.it/attachments/048_codice_di_procedura_penale.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

JACKSON, John; SUMMERS, Sarah. *Internalization of criminal evidence*. Beyond the common law and civil law traditions. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

JACKSON, John D. Re-visiting "Evidentiary Barriers to Conviction and Models of Criminal Procedure" after Forty Years. In: ACKERMAN, Bruce; AMBOS, Kai; SIKIRIĆ, Hrvoje (Edits.). *Visions of Justice*. Liber Amicorum Mirjan Damaška. Edited by. Berlim: Duncker & Humblot, 2016.

JESUS, Francisco Marcolino de. *Os meios de obtenção da prova em processo penal*. Lisboa: Almedina, 2011.

KAMISAR, Yale. The exclusionary rule in historical perspective: the struggle to make the fourth amendment more than “an empty blessing”. *Judicature*, v. 62, n. 7, 1979.

KAMISAR, Yale. In defense of the search and seizure exclusionary rule. *Harvard Journal of Law & Public Policy*, v. 26, 2003.

KINDHÄUSER, Urs. *Strafprozesrecht*. 3. Auflage. Baden-Baden: Nomos, 2013.

KUNERT, Karl. H. *Some observations on the origin and structure of evidence rules under the common law system and the civil law system of free proof in the german code of criminal procedure*. 16 Buffalo Law Review, 1966.

LANGBEIN, John H. *Historical foundations of the law of evidence: a view from the Ryder Sources*. Columbia Law Review, 1996.

LANGBEIN, John H. *The origins of adversary criminal trial*. New York: Oxford University Press, 2003.

LANGER, Maximo. Revolution in Latin American Criminal Procedure: Diffusion of Legal Ideas from the Periphery. *The American Journal of Comparative Law*, v. 55, n. 4, pp. 617-76, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ajcl/55.4.617>. Acesso em: 12 set. 2019.

LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. 3. ed. Trad. de José Lamago. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

LARONGA, Antonio. *Le prove atipiche nel processo penale*. Milão, Itália: Cedam, 2002.

LEITER, Brian. *The Epistemology of Admissibility: why even good Philosophy of Science Would not Make for good Philosophy of Evidence*. Brigham Young University Law Review, 1997.

LEITER, Brian; ALLEN, Ronald J. Naturalized Epistemology and the law of Evidence. *Virginia Law Review*, v. 87, n. 8, dec. 2001.

LEMOS, Bruno Espiñeira; QUINTIERE, Victor Minervino. *Técnicas Especiais de Investigação no Processo Penal*. Belo Horizonte: D’Plácido, 2017.

LENNON, Maria Inés Horvitz; MASLE, Julián Lopez. *Derecho Procesal Penal chileno*. Principios, sujetos procesales, medidas cautelares, etapa de investigación. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, tomo 1, 2005.

LENNON, Maria Inés Horvitz; MASLE, Julián López. *Derecho Procesal Penal Chileno*. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, tomo II, 2004.

LOPES, Mariângela Tomé. O reconhecimento de pessoas e coisas como um meio de prova irrepetível e urgente. Necessidade de realização antecipada. *Boletim IBCCRIM*, ano 19, n. 229, São Paulo: IBCCRIM, dez. 2011.

LOPES, Mariângela Tomé. Algumas questões controversas acerca do reconhecimento. In: RASCOVSKI, Luiz (Coord.). *Temas relevantes de direito penal e processual penal*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito Processual Penal*. 9. Ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

LOPES JÚNIOR, Aury; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. *Investigação preliminar no Processo Penal*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LOZZI, Gilberto. *Lezioni di procedura penale*. 8. ed. Torino, Italy: G. Giappichelli Ed., 2013.

LUCCA, Giuseppe de. Il sistema delle prove penali e il principio del libero convincimento nel nuovo rito. *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*. Milão, Itália: Giuffrè, fasc. 4, out./dez. 1992.

MAIER, Julio B. J. *La Ordenanza Procesal Penal Alemana*. Su comentário y comparación con los sistemas de enjuiciamiento penal argentinos. Buenos Aires: De Palma, v. II, 1982.

MAIER, Julio B.J.; AMBOS, Kai; WOISCHNIK, Jan (Coords.). *Las Reformas Procesales Penales en América Latina*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, Ad-Hoc Editorial, 2000.

MAIER, Julio. *Función Normativa de la Nulidad*. 2. ed. Buenos Aires: Ad-Hoc (1ª ed. Editorial de Palma), 1980.

MAIER, Julio. *Derecho Procesal Penal*. Tomo III. Parte General. Actos Procesales. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2011.

MAIER, Julio. Panorama de la reforma de la administración de justicia penal en hispanoamérica. In: *Estudios sobre el nuevo Proceso Penal*. Implementación y puest em práctica. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2017.

MAIER, Julio; STRUENSEE, Eberhard. Introdução. In: MAIER, Julio B.J.; AMBOS, Kai; WOISCHNIK, Jan (Coords.). *Las Reformas Procesales Penales en América Latina*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, Ad-Hoc Editorial, 2000.

MANZINI, Vincenzo. *Tratado de Derecho Procesal Penal*. Trad. Santiago Sentís Melendo y Marino Ayerra Redín. Buenos Aires: Librería “El Foro”, tomo III, 1996.

MARINELLI, Claudio. *Intercettazioni processuali e nuovi mezzi di ricerca della prova*. Turim, Italia: Giappicheli, 2007.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Curso de Processo Civil*. Processo de conhecimento. 9. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 2, 2011.

MARQUES, José Frederico. *Elementos de Direito Processual Penal*. Ed. rev. e atual. por Eduardo Reale Ferrari. 2. ed. atual. Campinas, SP: Millennium, 2000.

MARQUES, José Frederico. O despacho saneador no projeto do Código de Processo Penal. *Revista do Serviço Público*, v. 40, n. 2, 1983, pp. 41-44. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v40i2.2227>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MARRAFON, Marco Aurélio. O juiz de garantias e a compreensão do processo à luz da Constituição: Perspectivas desde a virada hermenêutica no direito brasileiro. In: COUTIHO, Jacinto Nelson de Miranda; CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de (Orgs.). *O Novo Processo Penal à Luz da Constituição (Análise crítica do Projeto de Lei n 156/2009, do Senado Federal)*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

MARSICO, Alfredo de. *Lezioni di Diritto Processuale Penale*. 3. ed. Napoli, Italy: Casa Editrice Dott Eugenio Jovene, 1952.

MARTÍNEZ, José Joaquín Urbano. *La nueva estrutura probatória del procesl penal*. Hacia una propuesat de fundamentación del sistema acusatorio. Bogotá: Nueva Jurídica. 2016.

MATTEI, Ugo. A theory of imperial law: a study on U.S. hegemony and the Latin resistance. *Indiana Journal of Global Legal Studies*, v. 10, n. 1, 2003.

MAY, Richard; WIERDA, Marieke. *International criminal evidence*. Ardsley, New York: Transnational Publishers, 2002.

MAYA, André Machado. *Imparcialidade e processo penal*. Da prevenção da competência ao juiz de garantias. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014.

MAZAGATOS, Ester Eusamio; RUBIO, Ana Sánchez. *La prueba ilícita en la doctrina de la Corte Suprema de Estados Unidos*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

MELENDO, Santiago Sentis. *La prueba*. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1978, pp. 15-6.

MELLADO, José Maria Asencio. *Derecho Procesal Penal*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2008.

MENDES JÚNIOR, João. *O Processo Criminal brasileiro*. 3. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Typ. Baptista de Souza, v. I, 1920.

MENDONÇA, Andrey Borges de. *Código de Processo Penal Comentado*. Coordenado por Antonio Magalhães Gomes Filho, Alberto Zacharias Toron, Gustavo Henrique Badaró. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MESQUITA, Paulo Dá. *A prova do crime e o que se disse antes do julgamento*. Estudo sobre a prova no Processo Penal português à luz do sistema norte-americano. Coimbra: Coimbra Ed., 2011.

MESQUITA, Paulo Dá. *Processo Penal, prova e Sistema Judiciário*. Coimbra: Coimbra Ed., 2010.

MESSINA, Salvatore. *Il regime delle prove nel nuovo Codice di Procedura Penale*. Milão: Società Editrice Libreria, 1914.

MIGUEL, Cristián Maturana; LÓPEZ, Raúl Montero. *Derecho Procesal Penal*. Santiago: Thomson Reuters, tomo II, 2012.

MONTESQUIEU. *O Espírito das Leis*. Livro XI, capítulo 6. Apresentação de Renato Janine Ribeiro. Tradução de Cristina Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MORAES, Maurício Zanoide de. Quem tem medo do “juiz das garantias”? *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*. Edição Especial CPP, ago./2010, pp. 21-23.

MUELLER, Christopher B.; KIRKPATRICK, Laird C. *Federal Rules of Evidence*. Best Evidence Rule. With advisory committee notes and legislative history. New York: Wolters Kluwer, 2017.

NOBILI, Massimo. *Il principio del libero convincimento del giudice*. Giuffrè: Milão, 1974.

NORONHA, Edgard de Magalhães. *Curso de Direito Processual Penal*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007.

OLIÚ, Alejandro Abal. Antecedentes del nuevo C.P.P.. Las iniciativas de codificación procesal penal en Uruguay. In: OLIÚ, Alejandro Abal (Coord.). *Curso sobre el Nuevo Código del Proceso Penal*. Ley n. 19.293. Instituto Uruguayo de Derecho Procesal. Facultad de Derecho. Universidad de la República. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2018.

PACKER, Herbert. *The limits of the criminal sanction*. Stanford: Stanford University Press, 1968.

PASSOS, Edilenice. *Código de Processo Penal: notícia histórica sobre as Comissões Anteriores*. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI95399,51045-Poder+Executivo+ja+fez+diversas+tentativas+para+alterar+o+CPP>. Acesso em: 22 jul. 2019.

PELUSO, Vinícius de Toledo Piza. Revelia e produção antecipada da prova testemunhal no processo penal (art. 366 do CPP). In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 72, maio-jun. 2008.

PIERANGELI, José Henrique. *Processo Penal*. Evolução histórica e fontes legislativas. São Paulo: Thomsom / IOB, 2004.

PISAPIA, Gian Domenico. *Lineamenti del Nuovo Processo Penale*. 2. ed. Padova: Cedam, 1989.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. Breves notas em torno do Anteprojeto de Lei, que objetiva modificar Código de Processo Penal, no atinente à investigação policial. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (Org.). *Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva: criminalista do século*. São Paulo: Método, 2001.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. Mais de cento e vinte e seis anos de inquérito policial – perspectivas para o futuro. In: GIL, Maria Eugênia (Org.). *Obra em Processo Penal*. São Paulo: Singular, 2018.

POLICE AND CRIMINAL EVIDENCE ACT 1984. Disponível em: https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1984/60/pdfs/ukpga_19840060_en.pdf. Acesso em 08 mar. 2018.

POMA, Juan R. Hurtado. ¿Que se discute en la audiencia de control de acusación? Instituto de Ciencia procesal Penal. Disponível em: <http://www.incipp.org.pe/archivos/publicaciones/controldeacusacionpdf.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PORTUGAL. *Decreto-Lei 78/87, de 17 de fevereiro, atualizado até a Lei n. 1/2018, de 29/01*. Código de Processo Penal português. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis. Acesso em: 12 set. 2019.

POSTIGO, Leonel González. Bases da reforma processual penal no Brasil: lições a partir da experiência na América Latina. In: *Mentalidade Inquisitória e processo penal no Brasil*. O sistema acusatório e a reforma do CPP no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Empório do Direito, 2017.

POSTIGO, Leonel González; PODESTÁ, Tobias José. A oralidade no novo Código de Processo Penal da nação Argentina. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*. Porto Alegre, v. 3, n. 3, set./dez. 2017, pp. 849-78. Disponível em: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v3i3.89>. Acesso em: 12 set. 2019.

PRADO, Geraldo. *Sistema acusatório: a conformidade constitucional das leis processuais penais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PRADO, Geraldo. Crônica da reforma do Código de Processo Penal brasileiro que se inscreve na disputa política pelo sentido e função da Justiça Criminal. In: *Em torno da jurisdição*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PRADO, Geraldo. *Prova penal e sistema de controles epistêmicos*. A quebra da cadeia de custódia das provas obtidas por métodos ocultos. Madrid: Marcial Pons, 2014.

REALE JÚNIOR, Miguel. O juiz das garantias. *Revista do Advogado*, ano XXXI, n. 113, set. 2011.

REPÚBLICA DE COLOMBIA. *Guía Judicial para Audiencias de Control de Garantías*. Actualizado/Ley 1098/06. 3. ed. República da Colômbia, jul. 2018.

RIEGO, Cristián. Chile. Las Reformas Procesales Penales en América Latina. In: AMBOS, Kai; WOISCHNIK, Jan. *Las Reformas Procesales Penales en América Latina*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung, Ad-Hoc Editorial, 2000.

ROBERTS, Paul; ZUCKERMAN, Adrian. *Criminal evidence*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ROCA, Elvira Nadia la. *Le regole di esclusione della prova nel processo penale*. Roma: Aracne, 2013.

ROME STATUTE OF THE INTERNATIONAL COURT. Published by the International Criminal Court. Netherlands, 2011.

ROSA, Alexandre Morais da; RITTER, Ruiz. Os prejuízos à jurisdição penal decorrentes da integralização dos autos do inquérito policial no processo. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; PAULA, Leonardo Costa de; SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes da (Orgs.). *Mentalidade inquisitória e processo penal no Brasil*. O sistema acusatório e a reforma do CPP no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Empório do Direito, v. 3, 2017.

ROSA, Inocêncio Borges da. *Processo Penal brasileiro: obra de teoria e prática sobre o Código de Processo Penal brasileiro*. Porto Alegre: Oficina Gráfica da Livraria do Globo, v. 1, 1942.

ROSA, Inocêncio Borges da. *Comentários ao Código de Processo Penal*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

ROSA, Mariano R. la; VILLANUEVA, Horacio J. Romero. *Código Procesal Penal Federal Comentado*. Buenos Aires: Thomson Reuters La Ley, tomos II e III, 2019.

ROXIN, Claus. *Derecho Procesal Penal*. Trad. da 25ª ed. alemã, de Gabriela E. Córdoba e Daniel R. Pastor. Revisada por Julio B. J. Maier. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2000.

ROXIN, Claus; SCHÜNEMANN, Bernd. *Derecho Procesal Penal*. Trad. da 29. ed. alemã por Mario F. Amoretti e Dario N. Rolón, rev. por Ignacio F. Tedesco. Buenos Aires: Ediciones Didot, 2017.

SAAD, Marta. *O Direito de Defesa no Inquérito Policial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SANTOS, Leandro Galluzi dos. Procedimentos. In: MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coord.). *As reformas no Processo Penal*. As novas leis de 2008 e os Projetos de Reforma. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral dos. *Prova judiciária no cível e comercial*. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, v. 1, 1970.

SCALFATI, Adolfo; BERNASCONI, Alessandro; CARO, Agostino de; FURGUIELE, Alfonso; MENNA, Marino; PANSINI, Carla; TRIGGIANI, Nicola; VALENTINI, Cristiana (Orgs.). *Manuale di diritto processuale penale*. 3. ed.. Turim: Giappichelli, 2018.

SCAPARONE, Metello. In: CONSO, Giovanni; GREVI, Vittorio (Coords.). *Compendio di procedura penale*. 4. ed. Padova: Cedam, 2008.

SCHIAVO, Nicolás. *Código Procesal Penal de al Provincia de Buenos Aires*. Análisis doctrinal y jurisprudencial. Artículos 266-542. 2. ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2015.

SCHÜNEMANN, Bernd. O juiz como um terceiro manipulado no processo penal? Uma confirmação empírica dos efeitos perseverança e aliança. In: GRECO, Luís (Coord.).

Estudos de Direito Penal, Direito Processual Penal e Filosofia do Direito. Trad. de Luis Greco. Barcelona: Marcial Pons, 2013.

SEIÇA, Alberto Medina de. Legalidade da prova e reconhecimentos “atípicos” em processo penal: notas à margem de jurisprudência (quase) constante. *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*. Coimbra: Coimbra, 2003.

SILVA, Germano Marques da. *Curso de Processo Penal*. 2. ed. Lisboa: Verbo, 1999.

SIQUEIRA, Galdino. *Curso de Processo Criminal*. Com referência especial à legislação brasileira. 2. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Livraria e Oficinas Magalhães, 1917.

SIRACUSANO, D.; SIRACUSANO, F. Le Prove. In: SIRACUSANO, D.; GALATI, A.; TRANCHINA, G.; ZAPPALÀ, E. *Diritto Processuale Penale*. Edizione a cura de CHIARA, G. Di; PATANÈ, V.; SIRACUSANO, F. Milano, Italy: Giuffrè, 2013.

SOARES, Gustavo Torres. *Investigação criminal e inovações técnicas e tecnológicas*. Belo Horizonte: D’Plácido, 2016.

SOLER, José María Rifá; GONZÁLEZ, Manuel Richard; BRUNO, Iñaki Riaño. *Derecho Procesal Penal*. Pamplona: Fondo de publicaciones del gobierno de Navarra. Instituto Navarro de Administración Pública, 2006.

SOLIMINE, Marcelo A. *Bases del Nuevo Código Procesal Penal de la Nación*. Ley 27.063. Buenos Aires: Ad Hoc, 2015.

STUNTZ, William J. The virtues and vices of the Exclusionary Rule. *Harvard Journal of Law and Public Policy*, v. 20, 1997.

SUMARRIVA, Ana C. Calderón. *El Nuevo Sistema Procesal Penal*. Análisis Crítico. Lima: Editorial San Marcos, 2013.

TAORMINA, Carlo. *Il Regime della prova nel processo penale*. Turim, Itália: Giappicheli, 2007.

TARUFFO, Michele. Modelli di prova e di procedimento probatorio. *Rivista di Diritto Processuale*. Padova: Cedam, n. 2, abr/jun. 1990, pp. 420-448.

TARUFFO, Michele. *La prueba de los hechos*. Trad. Jordi Ferrer Beltrán. Madri: Editorial Trotta, 2002.

TARUFFO, Michele. Verità e probatilità nella prova dei fatti. *Revista de Processo*, n. 154, dez. 2007.

TARUFFO, Michele. *La prueba*. Trad. Laur Manríquez y Jordi Ferrer Beltrán. Madrid, Barcelona, Buenos Aires: Marcial Pons, 2008.

TARUFFO, Michele. La símplice verità. Il giudice e la costruzione dei fatti. Roma: Ed. Laterza, 2009.

TARUFFO, Michele. *Uma simples verdade*. O Juiz e a construção dos fatos. Trad. Vitor de Paula Ramos. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. A Reforma Processual Penal. *Revista de Processo*, v. 75, jul-set. 1994.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O Processo Penal brasileiro e o novo impulso pela sua modernização. *Revista da EMERJ*, v. 3, n. 10, 2000.

THAMAN, Stephen C. Balancing truth against human rights: a theory of modern exclusionary rules. In: THAMAN, Stephen C. (Ed.). *Exclusionary rules in Comparative Law* (Springer. Ius Gentium. Comparative Perspectives on Law and Justice). New York/London: Springer Dordrecht Heidelberg, v. 20, 2013.

THAYER, James B. *A preliminary treatise on evidence at the common law*. Boston: Little, Brown and Company, cap. VI, 1898.

TONINI, Paolo. *La prova penale*. 4. ed. Italy: Cedam, 2000.

TONINI, Paolo. *Manuale di Procedura Penale*. 19. ed. Milano, Italy: Giuffrè, 2018, 1184p.

TONINI, Paolo; CONTI, Carlotta. *Il diritto delle prove penali*. 2. ed. Milão: Giuffrè. 2014.

TOURINHO FILHO, Fernando. *Processo Penal*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, v. 4, 1999.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direito Intertemporal e a Nova Codificação Processual Penal*. São Paulo: José Bushatsky, 1975.

TWINING, William. *Theories of Evidence: Bentham and Wigmore*. Stanford: Stanford University Press, 1985.

TWINING, William. *Rethinking Evidence. Exploratory Essays*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

UBERTIS, Giulio. *Profiles of Judicial Epistemology*. Trad. Mari Weston. Torino, Italy: Giappichelli Editore, 2018.

UBERTIS, Giulio. Prove (in generale). *Digesto delle Discipline Penalistiche*. Torino, Italy: UTET, v. X, 1995.

UBERTIS, Giulio. *Profili di Epistemologia Giudiziaria*. Milão: Giuffrè Editore, 2015.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. *Processo Penal*. 2. ed. Lisboa: Almedina, tomo I, 2009.

VALENTIM, Gabriel. Las Partes. In: OLIÚ, Alejandro Abal (Coord.). *Curso sobre el nuevo Código de Proceso Penal*. Ley nº 19.293. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, v. I, 2018.

VÉLEZ-MARICONDE, Alfredo. *Derecho Procesal Penal*. 3. ed., 2. reimp. actualizada por los Dres. Manuel N. Ayán, Jose I. Cafferata Nores. Cordoba: Marcos Lerner, tomo I, 1986.

VIEIRA, Marcelo Vinícius. *Direito à admissão probatória no Processo Penal*: limites ao seu exercício. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

VIEIRA, Marcelo Vinícius. Admissão probatória no Processo Penal: o direito à prova das partes e o juízo de admissibilidade. In: SALGADO, Daniel de Resende; KIRCHER, Luís Felipe Schneider; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de (Coord.). *Altos estudos sobre a Prova no Processo Penal*. Salvador: JusPodium, 2020.

VIEIRA, Renato Stanziola. Agente infiltrado – estudo comparativo dos sistemas processuais penais português e brasileiro (ou a imprescindibilidade da tipicidade processual como requisito da admissibilidade dos meios de pesquisa de prova em Processo Penal). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, nov./dez. 2010.

VIEIRA, Renato Stanziola. Investigação defensiva: diagnóstico e possibilidades no Processo Penal brasileiro. In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; VASCONCELOS, Eneas Romero de (Coords.). *Polícia e investigação no Brasil*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016a.

VIEIRA, Renato Stanziola. *Paridade de armas no Processo Penal*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016b.

VIEIRA, Renato Stanziola. O que vem depois dos *legal transplants*? Uma análise do Processo Penal brasileiro atual à luz de Direito Comparado. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*. Porto Alegre, v. 4, n. 2, maio/set. 2018, pp. 767-806. Disponível em: <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v4i2.133>. Acesso em: 18 ago. 2019.

VILLANUEVA, Víctor Cubas. *El nuevo proceso penal peruano*. Teoría y práctica de su implementación. Lima: Palestra Editores, 2009.

VOLK, Klaus. *Curso fundamental de derecho procesal penal*. Traducción de la 7ª edición alemana por Alberto Nanzer, Noelia T. Núñez, Daniel R. Pastor y Eugenio Sarabayrouse. Revision de traducción de Noelia T. Núñez. Buenos Aires: Hamurabi, 2016.

WATSON, Alan. *Legal transplants*. An Approach to Comparative Law. 2. ed. London: University of Georgia Press, 1993.

WIGMORE, Dean. *A general survey of the History of the Rules of Evidence*. Association of American Law Schools. Ed. Select Essays in Anglo-American Legal Story, 1907-1909.

WIGMORE, Dean. Using evidence obtained by ilegal search and seizure. *American Bar Association Journal*, v. 8, n. 8, August, 1922.

WINTER, Lorena Bachmaier. Acusatorio versus inquisitivo: reflexiones acerca del proceso penal. In: *Proceso penal y sistemas acusatorios*. Madrid, Barcelona, Buenos Aires: Marcial Pons, 2008.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo: Malheiros, 2009.

YARSHELL, Flávio Luiz. Investigação e autonomia do direito à prova: um avanço necessário para a teoria geral do processo. *In: ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz (Orgs.). 40 anos da teoria geral do processo no Brasil*. Passado, presente e futuro. São Paulo: Malheiros, 2013.

ZILLI, Marcos Alexandre Coelho. *A prova ilícita e o Tribunal Penal Internacional: regras de admissibilidade*. Tese apresentada ao curso de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como requisito à obtenção do título de Doutor em Direito. São Paulo, 2006.

ZILLI, Marcos. O juiz das garantias, a estrutura acusatória e as memórias do subsolo. Um olhar sobre o PL 8045/10 (Projeto do novo Código de Processo Penal). *In: SIDI, Ricardo; LOPES, Anderson Bezerra (Orgs.). Temas atuais da investigação preliminar no Processo Penal*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

APÊNDICE

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Art. 2º. Atribui nova redação ao art. 3º, do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941:

Art. 3º-B [...]

VII - decidir sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa em audiência pública e oral, observadas as previsões do incidente processual previsto no art. 155, § 1º deste Código;
[...]

XI - decidir sobre os requerimentos de produção de qualquer meio de obtenção de prova que restrinja direitos fundamentais do investigado, ou que se caracterize por sua produção de forma oculta do investigado, previstos neste Código ou em legislação especial, atendidos os controles de autorização para a obtenção das informações e de regularidade de seu conteúdo, nos termos previstos no art. 157-C deste Código.
[...]

XIV - decidir sobre o recebimento da denúncia ou queixa, na fase intermediária do Processo Penal, observado o procedimento previsto nos arts. 396 a 399 deste Código, encaminhando-se a peça de acusação recebida e o que eventualmente lhe acompanhar, por decisão de remessa dos autos ao Juiz da Instrução e Julgamento.

Art. 3º-C. A competência do Juiz de Garantias abrange todas as infrações penais, exceto as de menor potencial ofensivo, e cessa com a decisão de remessa dos autos ao Juiz da Instrução e Julgamento após o recebimento da denúncia ou queixa disciplinado na fase intermediária da persecução penal, observado o procedimento previsto nos arts. 396 a 399 deste Código.

§ 1º. Encaminhada a denúncia ou queixa recebida com a decisão de remessa ao Juiz da Instrução e Julgamento, as questões não decididas na fase intermediária do Processo Penal serão decididas por este juiz.

§ 2º. As decisões proferidas pelo Juiz de Garantias na fase preliminar ou na fase intermediária do Processo Penal não vinculam o Juiz da Instrução e Julgamento que, após a recepção em cartório da denúncia ou queixa, deverá reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 3º-D. O juiz que, na fase de investigação ou na fase intermediária do Processo Penal, praticar qualquer ato incluído nas competências dos arts. 4º e 5º deste Código, ficará impedido de atuar no processo.

Art. 3º. Atribui nova redação ao art. 155, do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941:

Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

§ 1º. Em se tratando de requerimento de produção de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, será seguido o rito processual do incidente probatório, atendidos os seguintes termos:

I – o interessado na produção da prova cautelar, não repetível ou antecipada, deverá indicar em manifestação escrita, com os documentos que entender pertinentes, que se trata de uma ou mais de uma das seguintes situações justificantes:

- a) a prova que requer a produção deve ser considerada como definitiva e irreproduzível em outro momento processual;
- b) a prova que requer a produção, em sendo de natureza testemunhal, atende a alguma das justificativas fáticas elencadas no art. 225 deste Código;
- c) a prova que requer a produção provavelmente não poderá ser feita em momento processual futuro em razão de dificuldade intransponível que o transcurso do tempo apresentará para sua conservação.

II – Uma vez requerida a realização de incidente probatório, o Juiz de Garantias ou o Juiz da Instrução e Julgamento designará audiência específica, cientificando-se os envolvidos do pedido, que permanecerá depositado em cartório para ter seu conteúdo acessado, e intimando-os para debate oral sobre a presença ou não das situações justificantes, na qual produzirá decisão sobre sua admissibilidade.

III - Será admitida, se necessário à contraposição dos argumentos escritos de requerimento da realização de incidente probatório, a apresentação de documentos, observado o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes da audiência, para sua juntada.

IV – Deferido o pedido de realização do incidente probatório, o Juiz de Garantias ou o Juiz da Instrução e Julgamento estabelecerá prazo razoável, não inferior a 20 (vinte) e não superior a 30 (trinta) dias para que se produza a prova requerida.

V - Uma vez produzida a prova requerida, com sua juntada aos autos, será aberta vista às partes para manifestações, em prazo comum de 10 (dez) dias, sobre a regularidade da sua produção, após o que haverá decisão judicial sobre sua admissibilidade.

VI – Se o incidente probatório se realizar durante a fase preliminar do Processo Penal ou durante a fase intermediária, o Juiz de Garantias somente promoverá a remessa dos autos ao Juiz da Instrução e Julgamento após a sua realização. Se ele se realizar durante a fase de instrução e julgamento, os atos instrutórios eventualmente já designados só serão realizados após sua conclusão.

§ 2º. Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.

Art. 4º. Atribui nova redação ao art. 157, do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941:

Art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. Uma vez declarada inadmissível, a respectiva prova não pode ser objeto de valoração judicial para qualquer fim.
[...]

Art. 157-A. Sempre que se deparar com pedido de produção probatória, em qualquer fase processual, o juiz verificará se a prova cuja produção se requer aparenta ser relevante, pertinente e não protelatória, e motivará sua decisão de admissão ou não da respectiva produção probatória.

Art. 157-B. Sempre que o pedido de produção probatória se constituir como o de apresentação de informação produzida fora da persecução penal na qual se requer a juntada, o juiz deverá, previamente à sua admissão, exercer controle prévio quanto ao preenchimento de seus requisitos de admissibilidade.

§ 1º. No controle prévio de requisitos de admissibilidade, o juiz abrirá vista ao envolvido com interesse contrário à juntada, para em até 5 (cinco) dias se manifestar sobre o preenchimento dos requisitos de admissibilidade da prova.

§ 2º. Decorrido o prazo aludido no §1º, com ou sem manifestação, o juiz proferirá decisão sobre a admissão da prova.

Art. 157-C. Sempre que se deparar com o pedido de produção de qualquer meio de obtenção de prova que restrinja direitos fundamentais do investigado, ou que se caracterize por sua produção de forma oculta do investigado, previsto neste Código ou em legislação especial, o juiz exercerá duplo controle de admissibilidade da apresentação de informação nos autos, nestes termos:

I – ao apreciar o requerimento da produção da produção probatória, deverão ser observadas a pertinência e relevância da medida, bem como pormenorizadamente apreciada sua imprescindibilidade aos fins almejados e a proporcionalidade da medida, que deverão constar na decisão judicial;

II – tão logo se conclua a colheita ou obtenção da informação, haverá novo controle jurisdicional sobre a pertinência e relevância da medida, além de apreciação da legalidade do procedimento durante o tempo em que a atividade de pesquisa da informação se deu;

Art. 5º. Atribui nova redação ao art. 225, do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941:

Art. 225. O juiz poderá, mediante requerimento de qualquer envolvido e em incidente probatório tratado no art. 155, § 1º deste Código, em se tratando de prova testemunhal que não possa ser produzida no momento processual próprio, antecipar sua produção desde que se comprove alguma ou algumas das situações justificantes abaixo indicadas:

- a) A testemunha irá se ausentar do ato;
- b) Há risco de impossibilidade do ato, por vulnerabilidade, enfermidade ou outro motivo de saúde;

- c) Há probabilidade de não fidedignidade do depoimento, em razão de ameaça, violência ou outro tipo de coação sofrida pela testemunha;
- d) Há risco de esquecimento de detalhes essenciais de caso, declarado judicialmente como excessivamente complexo.

Art. 5º. Atribui nova redação aos art. 366, do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941:

Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz, se provocado, determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes na forma de incidente probatório previsto no art. 155, § 1º, deste Código. Além disso, se for o caso, e se provocado, poderá o juiz decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.

Art. 6º. Atribui nova redação aos arts. 396 a 399, do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941:

Art. 396. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o Juiz de Garantias, se não a rejeitar liminarmente, dará início à fase intermediária do processo penal, antecedente à eventual fase do juízo de instrução e julgamento.

§ 1º. Na fase intermediária, o Juiz de Garantias ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. No caso de citação por edital, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.

§ 2º. Aludido prazo pode ser multiplicado pela decisão judicial, atendida a duração razoável do processo, e a garantia da ampla defesa, a depender da complexidade do caso, número dos denunciados e do tempo dispendido pelo representante do Ministério Público ou do querelante para oferecimento da denúncia ou queixa.

§ 3º. Na resposta, o denunciado ou querelado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, oferecer resultados de suas diligências investigativas, impugnar os elementos de informação apresentados pela acusação com a denúncia ou queixa, questionar a licitude, a pertinência e a relevância da prova que a acusação pretende produzir perante o Juiz de Instrução e Julgamento.

§ 4º. As exceções previstas nos arts. 95 a 112 deste Código serão autuadas em apartado e seguirão o rito que lhes for próprio.

§ 5º. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o denunciado ou querelado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias, ressalvadas as situações previstas no art. 396, § 2º.

Art. 397. Após o oferecimento da resposta, o Juiz de Garantias designará audiência em prazo não inferior a 30 (trinta) e não superior a 45 (quarenta e cinco) dias, na qual deverão estar presentes os representantes do Ministério Público ou do querelante, o acusado e seu defensor constituído ou nomeado.

§ 1º. Na aludida audiência, observados os debates exclusivamente orais dos envolvidos, haverá o Controle da Admissibilidade dos elementos de informação constantes dos autos, determinando-se o desentranhamento do que for reputado ilícito ou inadmissível, nos termos do art. 157 deste Código, bem como procedendo-

se à recepção da prova até então apresentada após decisão judicial que declare sua licitude.

Art. 398. Nessa audiência, haverá o controle dos fundamentos da acusação e, após a apresentação de argumentos exclusivamente orais dos envolvidos, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;

II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;

III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou

IV - extinta a punibilidade do agente.

Art. 399. A fase intermediária do Processo Penal se encerra com a decisão, pelo Juiz de Garantias, de absolvição sumária ou recebimento da denúncia ou queixa.

§ 1º Se o Juiz de Garantias receber a denúncia ou a queixa, redigirá o auto de remessa ao Juiz da Instrução e Julgamento, que então designará dia e hora para a audiência, ordenando a intimação do acusado, de seu defensor, do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente.

Art. 7º. Atribui nova redação aos arts. 581 e 583, do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941:

Art. 581.

[...]

XXV – que indeferir o pedido de realização de incidente probatório;

XXVI – que determinar o desentranhamento de provas, nos termos dos arts. 157 e 397, § 1º, deste Código.

Art. 583.

[...]

II – nos casos do art. 581, incs. I, III, IV, VI, VIII, X e XXV.

Art. 8º. Revogam-se as disposições previstas no art. 3º-B, XI, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, e “e”, e as disposições dos arts. 11, 12 e art. 156, do Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Art. 9º. Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação.